

e) Proceder ao controlo periódico e sistemático, através do inventário físico rotativo, das quantidades de existências em armazém, com os saldos revelados no ficheiro informático de Stocks.

**2.6 — Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Obras Municipais**

A Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Obras Municipais compete-lhe:

- a) Assegurar a direção do pessoal da Secção, distribuindo o serviço do modo mais conveniente e zelando pela assiduidade do pessoal;
- b) Assegurar a receção, distribuição, e arquivo do expediente de todos os documentos e correspondência da Divisão de Obras Municipais, dentro dos prazos respetivos;
- c) Elaborar as estatísticas da Divisão a que haja lugar, e remetê-las aos organismos oficiais competentes;
- d) Secretariar e prestar apoio administrativo à Divisão;
- e) Promover a organização dos ficheiros da Divisão de Obras Municipais e assegurar a sua manutenção e atualização;
- f) Organizar e manter atualizados os processos relacionados com as Juntas de Freguesia;
- g) Verificar as informações mensais sobre as horas extraordinárias prestadas pelo pessoal da Divisão;
- h) Elaborar os mapas de férias da Divisão e suas alterações respeitando o interesse dos serviços;
- i) Assegurar a elaboração do relatório mensal e trimestral das atividades da divisão e das unidades orgânicas;
- j) Colaborar na elaboração do relatório de gestão da Divisão.

**2.7 — Secção de Obras Particulares e Loteamentos**

A Secção de Obras Particulares e Loteamentos compete:

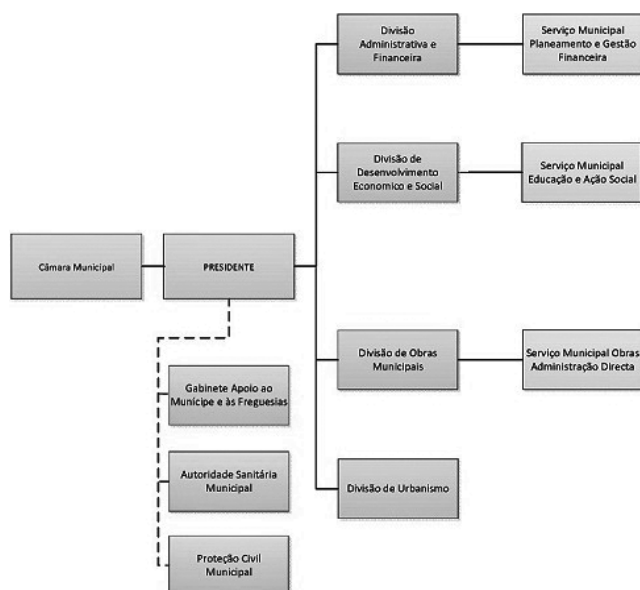
- a) Assegurar a receção, expediente e arquivo da Divisão de Urbanismo, em geral;
- b) Assegurar o atendimento, receção e organização de pedidos e a tramitação de processos inerentes à Divisão de Urbanismo;
- c) Emitir os alvarás, certificados de admissibilidade e autorizações, após aprovação dos processos inerentes à Divisão de Urbanismo;
- d) Elaborar as estatísticas da Divisão e remetê-las aos organismos oficiais competentes;
- e) Assegurar a reprodução de cópias relacionadas com as tarefas da Divisão de Urbanismo e fornecimento de cartografia em papel e formato digital pré-disponibilizada pelos serviços da Divisão;
- f) Assegurar a organização do arquivo dos processos da Divisão de Urbanismo e a sua manutenção e atualização.

**Artigo 33.º**

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento, bem como o Organograma anexo, fica suspenso ao abrigo do n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conforme descrito na nota justificativa deste Regulamento.

**ANEXO I**



206632648

**MUNICÍPIO DE CASCAIS**

**Regulamento n.º 10/2013**

**Regulamento de cobrança e tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais para 2013**

**Preâmbulo**

Com o presente regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas municipais, pretende-se simplificar procedimentos por forma a melhorar o serviço prestado, com respeito pelos princípios da legalidade, igualdade e imparcialidade, elaborado de acordo com os princípios consignados, designadamente, na lei das Autarquias Locais, no novo Regime das Taxas das Autarquias Locais, na lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código de Procedimento Administrativo.

Os montantes a cobrar correspondem aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação de serviços e fornecimento de bens, ao benefício que o particular retira da utilização de um bem público, semi-público ou do domínio municipal e à remoção do obstáculo jurídico ao exercício de determinadas actividades com base nos princípios da fundamentação económico-financeira das taxas e da sua equivalência jurídica.

As taxas que se mantêm da tabela de 2012 foram atualizadas em conformidade com o n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 53E de 29 dezembro de 2006 (Taxa de variação média do IPC em 2012 de 3,7%), encontrando-se justificadas económico financeiramente no artigo 6.º do anterior Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais.

Para efeitos do cálculo das novas taxas procedeu-se à alteração do triénio 2009/2011 nas variáveis CPPI, CCS e CSEA.

Introduziu-se uma taxa de análise liminar para apreciação dos pedidos relativos aos artigos 18.º, 20.º, 63.º, 64.º e 70.º

No que respeita à liquidação admite-se a possibilidade da notificação por telefax ou por internet nos casos em que a lei permita que esta seja realizada por carta registada ou por carta simples.

Admite-se a possibilidade do pagamento das taxas ser efetuado por compensação e por dação em cumprimento quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

O projeto regulamento de tabela de taxas foi submetido a discussão pública através do edital n.º 369/2012 no boletim municipal, no sítio da internet e através da afixação nos Paços do concelho e nas juntas de freguesia durante o prazo de 30 dias.

O INAC — Instituto Nacional de Aviação Civil, solicitou alterações nas Taxas Aeroportuárias — assistência em escala, que se encontram contempladas no presente regulamento. Não foram rececionadas quaisquer outras sugestões ou reclamações.

A Câmara e Assembleia Municipal aprovaram o regulamento de cobrança e Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais, decorrida a fase de discussão pública, nas datas de 12 de dezembro de 2012 e 19 de dezembro, respetivamente, dando origem ao documento que agora se publica.

O regulamento será publicado em Edital, no *Diário da República*, no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município.

**TÍTULO I**

**Regulamento de cobrança**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

**SECÇÃO I**

**Objeto e cálculo das taxas**

**Artigo 1.º**

**Lei habilitante**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na redação introduzida pela lei Constitucional 1/2005, de 12 de agosto; alínea a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico do Funcionamento

dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias; dos artigos 4.º, 5.º e 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais; dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais; da lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro com as alterações subsequentes; do Código do Processo e Procedimento Tributário aprovado pelo Decreto n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações subsequentes; do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro com as alterações subsequentes; do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro com as alterações subsequentes; do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e 116.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; do Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro com as alterações subsequentes, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito de aplicação

O Regulamento e respetiva Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais que dele faz parte integrante, estabelece as normas que regulam a incidência, a liquidação e a cobrança de taxas, licenças e outras receitas pelo uso e aproveitamento de bens do domínio público ou privado do município, pela remoção de obstáculos ao exercício de determinadas atividades e pela prestação de serviços.

#### Artigo 3.º

##### Legislação Subsidiária

De acordo com a natureza das matérias, as relações jurídico-tributárias geradoras do pagamento de taxas ao Município de Cascais, aplica-se subsidiária e sucessivamente:

- O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- A Lei das Finanças Locais;
- A lei Geral Tributária;
- O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- O Código de Procedimento e Processo Tributário;
- O Código do Processo nos Tribunais Administrativos;
- O Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 4.º

##### Incidência objetiva

1 — As taxas previstas no Regulamento e Tabela incidem genericamente sobre as utilidades, serviços ou bens prestados aos particulares ou geradas pela atividade do Município e ainda sobre a remoção de obstáculos jurídicos ao exercício de determinadas atividades ou operações.

2 — A taxa pela realização das infra-estruturas urbanísticas (TRIU) constitui a contrapartida devida ao Município pelos encargos inerentes ao investimento municipal na realização e manutenção das infra-estruturas gerais e equipamentos, decorrentes da realização de operações urbanísticas de loteamento e construção.

#### Artigo 5.º

##### Incidência subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento de taxas previstas na Tabela de Taxas, Licenças Outras Receitas Municipais anexa ao presente Regulamento é o Município de Cascais.

2 — Consideram-se sujeitos passivos da prestação tributária prevista no número anterior, todas as pessoas singulares ou colectivas e as entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e regulamentos municipais, estejam vinculados ao cumprimento da obrigação de pagamento das taxas, licenças e outras receitas ao Município de Cascais.

3 — A taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas é devida, pelo requerente do pedido de loteamento ou pelo apresentante da comunicação prévia, em função do procedimento administrativo aplicável, consoante se trate de operações de loteamento ou obras de construção.

4 — Caso sejam vários sujeitos passivos, todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento, salvo disposição em contrário.

#### Artigo 6.º

##### Fundamentação económico-financeira

1 — O valor das taxas, licenças e outras receitas municipais foi fixado de acordo com os princípios da equivalência jurídica e da proporcionalidade, tendo em conta os custos da atividade dos órgãos e serviços do Município, do benefício auferido pelo particular bem como do incentivo ou desincentivo à prática de certos atos e operações, de acordo com a Tabela anexa ao presente Regulamento.

2 — O valor das novas taxas previstas na Tabela é determinado pelo custo da contrapartida prestada, do benefício auferido pelo particular e dos critérios de incentivo/desincentivo na prática de certos serviços, atos ou operações.

3 — O cálculo das taxas referidas no número anterior é apurado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Taxa}_i = [(\text{CCS} + \text{CPPI} + \text{CSEA}) \times \text{Factor} + \text{CI}] \times (1 + X)$$

sendo que:

- varia de 1 a n taxas;
- CCS corresponde aos custos comuns aos serviços;
- CPPI corresponde aos custos com a implementação do PPI abatido das amortizações;
- CSEA corresponde aos custos com serviços específicos prestados pelas autarquias locais;
- Factor corresponde ao número médio de horas de trabalho dispendidas na execução das tarefas ligadas a cada taxa e ao número médio de colaboradores envolvidos na execução das tarefas ligadas a cada taxa, ou seja: (n.º funcionários x tempo médio dispendido por cada um)/60;
- CI corresponde a eventuais custos indiretos não imputados em CCS;
- X corresponde ao fator de incentivo ou desincentivo, sendo que quando:

- X > 0: desincentivo;  
X = 0: (1 + X = 1);  
X < 0: incentivo.

4 — A variável CCS compõe-se dos elementos que constam no mapa seguinte:

Apuramento da variável CCS (Valores executados)	GOP 2009	GOP 2010	GOP 2011	Média	Média/ N.º Trab.	Custo/Hora/ Trabalhador
Recursos Humanos . . . . .	33 451 607,10	34 299 527,58	33 138 642,25	33 629 925,64	22 227,31	2,54
Locações de equipamentos . . . . .	964 591,38	1 067 706,55	844 273,10	958 857,01	633,75	0,07
Bens, Limpeza e Higiene . . . . .	39 078,73	42 885,66	55 511,46	45 825,28	30,29	0,00
Serviços de Limpeza e Higiene . . . . .	943 927,01	1 048 139,21	773 394,38	921 820,20	609,27	0,07
Segurança . . . . .	1 827 219,26	2 049 235,58	1 963 791,23	1 946 748,69	1 286,68	0,15
Combustíveis e lubrificantes . . . . .	430 884,93	463 678,23	622 657,53	505 740,23	334,26	0,04
Seguros . . . . .	550 260,82	256 201,38	324 639,46	377 033,89	247,89	0,03
Gás . . . . .	17 392,01	41 994,29	12 386,19	23 924,16	15,81	0,00
Água . . . . .	2 320 096,46	754 099,40	3 490 062,57	2 188 086,14	1 446,19	0,17
Electricidade — Instalações . . . . .	1 050 835,82	1 130 926,36	1 541 777,49	1 241 179,89	820,34	0,09
Comunicações . . . . .						
Comunicações CTT . . . . .	170 789,35					
Internet e Telepac/Tv Cabo . . . . .	817,69					
Telefones . . . . .	661 584,91					
Telemóveis . . . . .	516 171,86					
Polícia Municipal/Proteção Civil/ Rádio Móvel . . . . .	464,10					
<i>Total comunicações</i>	1 349 827,91	1 174 698,01	930 612,01	1 151 712,64	761,21	0,09

Apuramento da variável CCS (Valores executados)	GOP 2009	GOP 2010	GOP 2011	Média	Média/ N.º Trab.	Custo/Hora/ Trabalhador
Consumos de Secretaria . . . . .	294 781,61	251 048,41	237 741,09	261 190,37	172,63	0,02
Custos de Manutenção de Equipa- mentos/ Instalações . . . . .	138 581,43	177 915,94	185 061,68	167 186,35	110,50	0,01
Amortizações . . . . .	2 375 812,62	2 399 105,08	2 055 998,00	2 276 971,90	1 504,94	0,17
Número médio de trabalhadores . . .	1 479,00	1 521,00	1 513,00	1 504,33		
N.º horas funcionamento/ano . . . . .	8 760,00	8 760,00	8 760,00	8 760,00		
CCS (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora) . . . . .						3,45

5 — A variável CPPI calcula-se de acordo com o quadro infra:

Apuramento da variável CPPI (Valores executados)	2009	2010	2011
Valores Executados do PPI . . . . .	43 314 497,28	30 029 499,87	21 488 097,52
Total do Plano de Investimentos executado . . . . .			94 832 094,67
Total do PPI por trabalhador . . . . .			62 348,52
CPPI (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora) . . . . .			7,12

6 — A variável CSEA apurou-se como indicado no quadro seguinte:

Apuramento da variável CSEA (Valores executados)	GOP 2009	GOP 2010	GOP 2011	Média	Média/N.º Trab.	Custo/Hora/ Trabalhador
Polícia Municipal . . . . .	231 426,37	212 540,40	207 534,51	217 167,09	144,36	0,02
Proteção Civil . . . . .	755 978,33	1 734 585,21	1 735 833,23	1 408 798,92	936,49	0,11
Resíduos Sólidos e Limpeza Pública . . . . .	45 168 032,52	27 298 875,39	29 092 794,29	33 853 234,07	22 503,81	2,57
CSEA (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora)						2,69

7 — A forma de cálculo discriminada nos números anteriores não se aplica às taxas cobradas pela Empresa Municipal ARCASCAIS e devidas pela utilização dos equipamentos por esta geridos, cuja fundamentação se encontra em anexo ao presente Regulamento e Tabela de Taxas.

7 — Com o deferimento do pedido de licença ou de autorização e com a admissão da comunicação prévia para as respetivas operações urbanísticas são liquidadas as taxas previstas no presente regulamento.

Artigo 8.º

#### Revisão do ato de liquidação

1 — Pode haver revisão do ato de liquidação por iniciativa do serviço liquidatário, do sujeito passivo ou oficiosa, nos termos e prazos definidos na lei geral tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 — Quando se verifique que na liquidação das taxas se cometeram erros imputáveis aos serviços municipais e dos quais tenha resultado prejuízo para o Município, promover-se-á de imediato, a liquidação adicional se, sobre o facto tributário, não houver decorrido mais de quatro anos.

3 — A notificação da liquidação adicional deverá conter as menções referidas no n.º 2 do artigo anterior.

4 — Quando tenha sido liquidada quantia superior à devida, devem os serviços, no prazo de 30 dias, mediante despacho do órgão com competência para o ato, proceder à restituição da importância indevidamente paga.

Artigo 9.º

#### Autoliquidação

1 — A autoliquidação de taxas e outras receitas previstas na Tabela só é admitida nos casos especificamente previstos na lei, e consiste na determinação, pelo sujeito passivo da relação jurídico-tributária, do montante a pagar, aplicando-se-lhe com as necessárias adaptações, as disposições relativas à liquidação.

2 — Nos casos previstos no número anterior, o sujeito passivo pode solicitar aos serviços competentes informação sobre o montante previsto na taxa a pagar.

3 — Nos procedimentos de comunicação prévia, a autoliquidação de taxas e o pagamento das mesmas deve ocorrer no prazo de 1 ano, a contar da não rejeição da comunicação prévia.

Artigo 10.º

#### Deferimento tácito

Nos casos de deferimento tácito são liquidadas ou autoliquidadas as taxas devidas pela prática dos respetivos atos expressos.

## SECÇÃO II

### Liquidação e pagamento

Artigo 7.º

#### Regras relativas à liquidação

1 — A liquidação das taxas e outras receitas previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados, sendo objecto de arredondamento à unidade da décima do euro, a fazer por excesso quando a última casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

2 — Sem prejuízo do procedimento inerente à autoliquidação de taxas, deve a notificação da liquidação das mesmas conter a sua fundamentação, o montante devido, o prazo para pagamento voluntário, meios de defesa contra o acto de liquidação, menção expressa do autor do ato e competência do mesmo, bem como a advertência que o não pagamento no prazo estabelecido implica a cobrança coerciva da dívida, quando a este haja lugar.

3 — Às taxas, licenças e outras receitas constantes da Tabela é acrescentado, quando devido, o IVA à taxa legal em vigor e o imposto de selo.

4 — Todas as taxas, tarifas, licenças e outras receitas que se consubstanciam em cálculos executados pelas orgânicas municipais gestoras dos processos, são comunicadas aos sujeitos passivos via carta registada com aviso de receção, salvo nos casos em que, nos termos da lei, não seja obrigatória.

5 — Nos casos em que a notificação possa ser efetuada por carta registada ou por simples é, igualmente possível a notificação por telefax ou via Internet, quando houver conhecimento do número de telefax ou de caixa de correio eletrónico do notificando e possa posteriormente confirmar o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada.

6 — A prestação de declarações inexatas e a falsidade dos elementos fornecidos pelos particulares para efeitos de liquidação de taxas que ocasionem a cobrança de importâncias inferiores às devidas, constitui contra-ordenação punível com coima graduada nos termos do disposto no presente regulamento.

## Artigo 11.º

**Pagamento**

1 — As taxas e licenças são pagas em moeda corrente, Multibanco, cheque ou vale postal.

2 — Quando o pagamento for efectuado por cheque, deve o mesmo ser endossado ao Município de Cascais, e a sua data não exceder em três dias a data da sua apresentação.

3 — As taxas e outras receitas municipais podem ser pagas por compensação e por dação em cumprimento quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

4 — O pedido de pagamento por compensação ou por dação em cumprimento é realizado, dentro do prazo de pagamento voluntário da taxa, através de requerimento do interessado, que deve ser devidamente fundamentado, conter indicação dos bens a ceder ou créditos bem como todos os elementos necessários à determinação do interesse público no caso concreto.

5 — O pedido de pagamento por dação em cumprimento ou por compensação é objeto de despacho do Diretor Municipal das áreas de Suporte, ou em quem ele delegue, sob proposta fundamentada da unidade orgânica respetiva.

6 — A falta de pagamento das taxas e licenças constantes da presente tabela nos prazos estipulados, pode determinar a imediata instauração de processo para efeitos de execução fiscal, nos casos legalmente admitidos.

7 — As taxas devidas pela realização de vistorias são pagas no momento da entrega do requerimento sem a qual a pretensão não terá seguimento.

8 — O pagamento das taxas devidas pelos procedimentos administrativos que decorram do regime jurídico da urbanização e edificação instruídos pelo portal informático, determina o início do procedimento, devendo ser promovido no prazo máximo de 10 dias, após a apresentação do pedido ou comunicação no portal.

9 — A falta de pagamento das taxas, no prazo fixado no número anterior, determina a rejeição do pedido ou da comunicação.

## Artigo 12.º

**Pagamento em prestações**

1 — O pagamento em prestações pode ser autorizado independentemente do valor da taxa, no máximo de 4 prestações, desde que o valor de cada prestação não seja inferior a uma unidade de conta (€ 102,00), acrescido de juros de mora calculados à taxa de juros de mora aplicável às dívidas ao Estado e outras entidades públicas em vigor no momento do pedido. (nota: propõe-se retirar o montante da taxa porque ele é alterado por portaria e sempre que houver alteração tem se alterado o regulamento)

2 — O pedido de pagamento da taxa em prestações é realizado através de requerimento do interessado, dentro do prazo de pagamento voluntário da taxa, que deve conter a sua identificação, natureza da dívida, o número de prestações pretendidas, os motivos que fundamentam o pedido bem como documentos que comprovem a incapacidade de solver a dívida de uma só vez.

Em casos de manifesta insuficiência económica deve ainda efetuar o pedido de dispensa de prestação de garantia, o qual será apreciado nos seguintes termos:

a) Para sujeitos passivos individuais: quando o rendimento bruto per capita do agregado familiar é inferior ou igual a € 6.000,00, para o que deverão entregar com o requerimento cópia integral da última declaração de rendimentos entregue;

b) Para pessoas coletivas: quando o resultado líquido do exercício que consta da última declaração para efeitos fiscais for negativo, para o que deverão entregar a última declaração de rendimentos entregue.

3 — O pedido de pagamento em prestações é objeto de despacho do Diretor Municipal das áreas de Suporte, ou em quem ele delegue, sob proposta fundamentada da unidade orgânica respetiva.

4 — O regime fixado nos n.ºs 1 a 2 do presente artigo não se aplica às taxas urbanísticas a que se referem os n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, cujo pagamento pode ser efetuado em prestações trimestrais ou semestrais, até ao termo do prazo da execução da operação urbanística, devendo a primeira prestação ser paga com o pedido de emissão do alvará de licença ou com a emissão da certidão de admissão da comunicação prévia.

5 — A autorização de pagamento fraccionado das taxas devidas pela emissão dos alvarás de licença e pela admissão da comunicação prévia, para operações de loteamento, obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos e obras de edificação, bem como a taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infra-estruturas urbanísticas, está ainda condicionada à prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do RJUE e prestada de acordo com o artigo 54.º do mesmo diploma.

6 — O não pagamento de uma prestação na data devida implica o vencimento automático das seguintes e no caso do número anterior, dá lugar à imediata execução da caução.

7 — Nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), ao abrigo do disposto no artigo 49.º da Lei n.º 91/95, na redação vigente, pode ser deferido o pagamento em prestações das taxas urbanísticas devidas, com dispensa de prestação da caução referida no n.º 5, desde que o pedido seja requerido

por proprietário de habitação própria ou titular de atividade económica sediada na AUGI da qual dependa a subsistência do seu agregado familiar, e o pagamento das referidas taxas seja efetuado previamente à emissão do alvará de licença ou da certidão de admissão da comunicação prévia.

8 — Excecionalmente, poderá ser admitido o pagamento em prestações de taxas urbanísticas em AUGI, pelo prazo máximo de 24 meses, em caso de alegada e comprovada insuficiência financeira nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2.

9 — Sem prejuízo dos demais requisitos previstos na lei, a emissão dos alvarás de autorização de utilização dos edifícios e ou suas frações autónomas depende do pagamento prévio e integral das taxas urbanísticas devidas.

## SECÇÃO III

**Isonções e Reduções de Taxas**

## Artigo 13.º

**Isonções Subjetivas**

Estão isentos do pagamento das taxas e licenças previstas neste Regulamento:

1 — O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

2 — As associações culturais, desportivas, recreativas, quando legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.

3 — As instituições particulares de solidariedade social, quando legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.

4 — As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.

5 — O licenciamento a admissão de comunicações prévias para operações de loteamento, obras de urbanização e de edificação destinadas a habitação de custos controlados (HCC) incluindo Programa Especial de Realojamento (PER).

6 — A isenção deve ser requerida pelo sujeito passivo, através de requerimento devidamente fundamentado, do qual conste:

- a) Identificação do requerente;
- b) Documento comprovativo da qualidade em que requer a isenção e descrição sumária dos motivos do pedido.

7 — As inumações e exumações de indigentes em talhões do Município, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara.

## Artigo 14.º

**Isonções natureza social ou relevante interesse económico**

1 — A Assembleia Municipal pode ainda, sob proposta da Câmara, excecionalmente e através de deliberação fundamentada, em casos de natureza social ou de relevante interesse económico para o município, isentar total ou parcialmente pessoas singulares ou coletivas do pagamento de taxas ou tributos.

2 — Quando o montante for inferior a 1.000,00€, compete ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador titular do pelouro da área Financeira, decidir acerca das isenções e reduções, previstas no número anterior.

A Assembleia Municipal pode ainda, sob proposta da Câmara, excecionalmente e através de deliberação fundamentada, em casos de natureza social ou de relevante interesse económico para o município, isentar total ou parcialmente pessoas singulares ou coletivas do pagamento de taxas ou tributos.

## Artigo 15.º

**Outras Isonções**

Estão isentas do pagamento de taxas ou tarifas:

1 — As entradas em museus do município e em concertos no Centro Cultural de Cascais para:

- a) Crianças e jovens de idade não superior a 18 anos, estudantes de todos os graus de ensino, deficientes e pessoas com idade superior a 60 anos;
- b) As visitas de grupos de pessoas, desde que previamente acordadas com o Serviço de Museus;
- c) Grupos de professores e alunos de qualquer grau de ensino em visitas de estudo previamente combinadas;
- d) Autarcas do município e das freguesias, funcionários municipais e também os que se encontram em regime de requisição na empresa

concessionária dos serviços municipalizados e dos restantes municípios, desde que devidamente identificados e em regime de reciprocidade.

2 — As matrículas:

a) De veículos pertencentes a pessoas portadoras de deficiência, quando se destinem unicamente ao transporte dos seus proprietários, impossibilitados de se deslocarem pelos seus próprios meios;

b) Os veículos utilizados unicamente em serviços agrícolas.

3 — A utilização de imóveis municipais nomeadamente para filmagens com fins culturais ou divulgação do município.

4 — A guarda de bens, durante o primeiro mês, resultante de um despejo efetuado pela Câmara Municipal.

#### Artigo 16.º

##### Reconhecimento da Isenção

1 — As isenções referidas nos artigos 13.º, 14.º e n.º 1 e 2 do artigo 15.º do Regulamento não dispensam as referidas entidades de requererem à Câmara Municipal as necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais.

2 — As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por eventuais danos causados no património municipal.

#### Artigo 17.º

##### Reduções

1 — A emissão do alvará de licença para obras de conservação, reconstrução, alteração ou ampliação em imóveis classificados e inventariados nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, bem como em imóveis constantes do Anexo I ao Regulamento do Plano Diretor Municipal, beneficia de uma redução de 50 % nas taxas devidas.

2 — Para beneficiar da redução, devem os respetivos proprietários ou titulares de qualquer direito de uso sobre o imóvel, apresentar requerimento devidamente fundamentado.

3 — A emissão do alvará ou a admissão da comunicação prévia para obras de edificação em edifícios objeto de programas de reabilitação beneficia da redução de 50 % da taxa prevista no artigo 8.º da Tabela.

4 — A emissão dos alvarás ou a admissão da comunicação prévia para operações urbanísticas destinadas a atividades ligadas ao turismo, serviços ou ambiente consideradas prioritárias para o desenvolvimento económico do concelho, beneficiam de uma redução de 20 % nas taxas devidas e caso a sede social da empresa se localize igualmente no concelho, a redução será de 35 %.

5 — As operações urbanísticas que contemplem iniciativas, devidamente comprovadas, de redução de consumo energético e de redução/reutilização de água podem beneficiar de uma redução de 20 % na taxa prevista no artigo 11.º da tabela.

6 — A emissão do alvará de utilização de empreendimentos turísticos com a classificação de 5 estrelas, beneficia de uma redução de 40 % nas taxas devidas.

7 — A edificação de equipamentos de uso coletivo de interesse estratégico pode beneficiar de redução da taxa prevista no artigo 11.º da tabela até ao máximo de 30 %.

8 — As taxas fixadas no n.º 20 do artigo 1.º da tabela são reduzidas em 80 % quando requisitadas por estudantes, mediante a apresentação de documento da respetiva escola/universidade.

9 — As taxas fixadas no artigo 18.º da tabela são reduzidas em 50 % no caso de estabelecimentos de associações desportivas, recreativas, culturais e outras pessoas coletivas de utilidade pública.

10 — As taxas previstas no n.º 2 do artigo 63.º da tabela referentes a ocupação da via pública com esplanadas, com exclusão das que estejam inseridas em Centros Urbanos Comerciais, beneficiam da seguinte redução:

a) 15 % para as freguesias de Cascais, Estoril, Parede e Carcavelos;

b) 30 % para as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana.

11 — Os pedidos, comunicações, atos ou procedimentos respeitantes a processos urbanísticos, que sejam apresentados através do portal informático, beneficiam de uma redução de 30 % sobre o valor das taxas de apreciação previstas na tabela (artigos 2.º n.º 4; 3.º n.º 1; 4.º n.º 1; 5.º; 7.º n.º 1; 5 a 7; 17.º n.º 1 da Tabela) ou sobre o montante das taxas concernentes com a prestação de informação ou de serviços (art.º n.º 1 e 2.º n.º 1 a 3 da Tabela nos casos aplicáveis).

#### Artigo 18.º

##### Reduções de taxas em Áreas Urbanas de Génese Ilegal

1 — As taxas previstas no artigo 4.º, n.º 1, 2 e 5 do artigo 6.º, artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 11.º da tabela podem ser reduzidas em 20 %, quando se reportem a operações de loteamento e ou obras de urbanização inseridas em Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

2 — As taxas previstas no artigo 7.º e nos n.º 1, 2 e 5 a 8 do artigo 8.º e artigo 10.º da tabela podem ser reduzidas em 20 %, se respeitantes a obras a executar ou já executadas, desde que inseridas em áreas urbanas de génese ilegal cuja reconversão se encontre em curso ou já concluída.

3 — Para um único lote, podem beneficiar da redução prevista nos números anteriores, as pessoas singulares ou coletivas que a requeiram e que demonstrem o cumprimento do dever de reconversão previsto no artigo 3.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 165/99, de 14 de setembro, Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e a Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro, mediante comprovativo emitido pela Comissão de Administração Conjunta.

4 — Podem ainda beneficiar, quando requerida, de uma redução especial de 80 % sobre as taxas supra indicadas:

a) As pessoas singulares cujo agregado familiar comporte pessoas portadoras de deficiência;

b) As pessoas singulares, cujo rendimento bruto per capita seja inferior ou igual a 6.000€ anuais, comprovado mediante exibição da nota de liquidação do IRS.

5 — O pedido de redução especial referido no número anterior, deve ainda ser acompanhado por uma declaração na qual os titulares do direito de propriedade inscritos declarem, sob compromisso de honra:

a) Que se encontram nas condições supra referidas;

b) Que, caso lhe seja concedida qualquer redução, se comprometem a não alienar o prédio em causa durante um período de cinco anos, sob pena de restituição integral do montante correspondente às reduções de que tenham beneficiado.

6 — O incumprimento e as falsas declarações de qualquer das condicionantes referidas nos números anteriores, determinam a obrigação de devolver à Câmara Municipal a quantia integral objeto de redução de taxas.

## CAPÍTULO II

### Procedimentos de Liquidação

#### Artigo 19.º

##### Urbanização e Edificação

1 — Os pedidos de prorrogação do prazo de validade das licenças, autorizações ou comunicações prévias para obras de edificação ou urbanização devem ser formulados 30 dias antes do seu termo, estando sujeitos às taxas fixadas nos artigos 9.º e 10.º da tabela.

2 — As referidas taxas são pagas no momento da apresentação do pedido, sendo objeto de devolução em caso de indeferimento do mesmo.

3 — No acto de liquidação de taxas urbanísticas é contabilizada a área total de construção, a qual consiste no somatório de todas as áreas de construção, independentemente do uso que lhe está afeto, existentes acima e abaixo da cota de soleira, incluindo anexos, piscinas, varandas e terraços, sacadas, marquises e balcões, espessura de paredes e a parte que em cada piso corresponde a caixas de escadas, vestíbulos, ascensores e monta-cargas.

4 — A área total de construção é expressa em metros quadrados, e arredonda-se por excesso no total de cada espécie quando for objeto de medição.

5 — No licenciamento ou admissão da comunicação prévia referentes a obras com diferentes finalidades são aplicadas a cada parte as taxas respectivas, rateando-se proporcionalmente as áreas de utilização comum.

6 — Quando se verificarem diferenças entre as áreas declaradas na instrução do pedido ou na apresentação da comunicação prévia e as áreas licenciadas ou admitidas, são as mesmas abatidas ou acrescidas para efeitos de liquidação de taxas.

7 — Nas obras já executadas, a determinação do prazo de execução para efeitos de liquidação de taxas, corresponde ao constante da calendarização anexa ao projeto de arquitetura ou a um período mínimo de 30 dias, caso a calendarização seja omissa.

#### Artigo 20.º

##### Cemitérios, ossários e jazigos municipais

1 — Os números de jazigo e de ossário serão estabelecidos pela Câmara Municipal, seguindo uma ordem predeterminada.

2 — As taxas de inumação incluem a tarifa para encomendação.

3 — Os direitos a concessionários de terrenos ou jazigos particulares não podem ser transmitidos por ato entre vivos sem prévia autorização municipal e sem o pagamento das taxas de concessão de terrenos que estiverem em vigor relativas à área de jazigo.

4 — As taxas previstas no artigo 43.º da tabela, a cobrar em relação a terrenos destinados a ampliar construções já existentes, são as correspondentes ao escalão de ocupação pelos primeiros 3 m<sup>2</sup> e depende de prévia autorização camarária.

5 — A Câmara pode exigir das agências funerárias, depósito que garanta a cobrança das taxas pelos serviços prováveis a prestar por seu intermédio durante determinado período.

6 — Nas inumações em jazigos municipais e entrada de ossadas ou cinzas cobra-se sempre a taxa correspondente à ocupação perpétua, havendo, porém, direito ao reembolso da taxa, abatida de metade das anuidades vencidas em caso de trasladação para jazigos particulares, sepulturas perpétuas ou para outros cemitérios.

7 — Na trasladação de restos mortais depositados a título perpétuo entre jazigos municipais ou ossários municipais, não haverá lugar à devolução de qualquer importância, ficando sujeita ao pagamento da diferença entre a taxa paga à data de ocupação e a taxa em vigor no momento da trasladação, dependendo de prévia autorização camarária.

8 — As taxas dos n.ºs 2 dos artigos 41.º e 43.º da tabela só são aplicadas para a cobrança das ocupações atualmente sujeitas a pagamento periódico.

9 — A colocação de tampas com dobradiças e fechaduras, lápide com epitáfio ou pintura e gravação de epitáfio em compartimentos de jazigos ou ossário municipal depende de prévia autorização camarária.

10 — A concessão de jazigos municipais e ossários obriga à sua imediata ocupação.

11 — Nos funerários ocorridos aos sábados, domingos e feriados dispensa-se, no momento da inumação, a apresentação das guias de pagamento, devendo a liquidação das taxas respetivas ser efetuada, obrigatoriamente, até às 12 horas do 1.º dia útil seguinte.

12 — O pagamento das taxas previstas nos n.º 2 do artigo 41.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º da tabela deverá ser efetuado anualmente, de janeiro a março; verificando-se o seu incumprimento, as respetivas quantias serão debitadas para efeitos de cobrança coerciva.

#### Artigo 21.º

##### Utilização de bens do domínio municipal

1 — As taxas previstas no artigo 57.º da tabela são cobradas antecipadamente nos termos seguintes:

a) As taxas anuais, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que se refere a ocupação, cobrando-se em relação a novas licenças o número de duodécimos correspondentes aos meses até ao final do período em curso, incluindo-se o mês respeitante ao dia seguinte àquele em que a licença é emitida;

b) As taxas mensais, até ao último dia útil do mês anterior àquele a que se refere a ocupação, cobrando-se em relação a novas licenças a fração correspondente aos dias até final do mês em curso, excluindo o dia em que é emitida a licença;

c) As taxas semanais, até ao último dia útil anterior ao período a que se refere a utilização;

d) As restantes taxas, antes de se iniciar a utilização.

2 — No caso previsto no artigo 58.º da tabela, verificando-se a cobrança fora dos prazos estipulados por facto não imputável à Câmara Municipal de Cascais, será aplicado um adicional de 30 %, sem prejuízo dos adicionais ou coimas fixados por lei.

#### Artigo 22.º

##### Ocupação de espaço público

1 — As taxas anuais previstas neste capítulo são cobradas antecipadamente, no correspondente à fração do respetivo ano civil, e pagas até ao último dia anterior ao início do período da licença. A sua renovação é automática, sendo a cobrança efetuada pelo valor do ano em curso, com pagamento em fevereiro do mesmo ano.

2 — As taxas não anuais são cobradas antecipadamente e pagas até ao último dia útil anterior ao início do período da licença.

3 — Para efeitos da determinação do valor da taxa, considera-se que as frações de metro quadrado arredondam-se, por excesso, para a unidade imediatamente superior de metro quadrado.

4 — O sujeito passivo pode solicitar o pagamento em prestações de acordo com o disposto no artigo 12.º

#### Artigo 23.º

##### Instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água

1 — A licença das bombas e tomadas inclui a utilização da via pública com os tubos condutores que forem necessários à instalação.

2 — As taxas de licença de bombas para o abastecimento de mais de uma espécie de carburantes são acrescidas em 50 %.

3 — A substituição de bombas ou tomadas por outras da mesma espécie não justifica cobrança de novas taxas.

4 — As taxas previstas nos artigos 66.º a 68.º da tabela são cobradas antecipadamente, sendo que em relação às novas licenças se cobra o número de duodécimos correspondentes aos meses até ao final do período em curso, incluindo-se o mês respeitante ao dia seguinte àquele em que a licença é emitida.

#### Artigo 24.º

##### Publicidade

1 — As taxas anuais previstas neste capítulo são cobradas antecipadamente, no correspondente à fração do respetivo ano civil, e pagas até ao último dia anterior ao início do período da licença. A sua renovação é automática, sendo a cobrança efetuada pelo valor do ano em curso, com pagamento em março do mesmo ano.

2 — Para efeitos da determinação do valor da taxa, considera-se que as frações de metro quadrado arredondam-se, por excesso, para a unidade imediatamente superior de metro quadrado.

3 — O sujeito passivo pode solicitar o pagamento em prestações de acordo com o disposto no artigo 12.º

4 — Os Clubes Desportivos e Grupos Recreativos com sede no Concelho de Cascais beneficiam de uma redução de 50 % nas taxas de publicidade relativas a suportes publicitários colocados nas suas instalações desde que comprovem que se trata de publicidade alusiva a patrocinadores.

#### Artigo 25.º

##### Mercados e feiras

Para os efeitos do disposto nos artigos 71.º e 72.º da tabela, considera-se que:

1 — As frações de metro ou de metro quadrado, ou metro cúbico arredondam-se sempre por excesso e, conforme os casos, para a metade ou para a unidade de metro. Quando a medição, estando prevista na tabela por metro, só puder ser feita em metros quadrados, ou vice-versa, as respetivas taxas aplicar-se-ão segundo a equivalência de 1 m linear de frente por 2 m<sup>2</sup>;

2 — As taxas têm que ser pagas até ao dia 15 do mês a que respeitam;

3 — A cobrança das taxas referentes aos números 1 e 2 do artigo 60.º da tabela será efetuada até ao 8.º dia do mês a que a mesma se reporta;

4 — O direito à ocupação em mercados ou feiras é, por natureza, precário.

#### Artigo 26.º

##### Outras prestações de serviços

1 — As despesas com o transporte para o depósito dos bens a que se refere o artigo 78.º da tabela e a guarda desses bens e outras que vierem a ser ocasionadas pelos mesmos são da conta dos respetivos proprietários.

2 — Consideram-se abandonados os bens não levantados dentro e 90 dias a partir da notificação ao interessado, a qual é feita, em regra, dentro de 30 dias a contar a partir do início do depósito.

3 — Decorrido o prazo fixado no número anterior, procede-se à venda em hasta pública dos referidos bens, retirando-se da importância obtida a que estiver em débito à Câmara e ficando o remanescente, se o houver, à ordem do respetivo proprietário.

4 — Se a importância obtida na hasta pública for insuficiente para cobrir o débito, procede-se à cobrança da diferença nos termos legais.

### CAPÍTULO III

#### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 27.º

##### Contra-ordenações

A violação das disposições previstas no presente regulamento constitui contra-ordenação punível com coima a fixar entre o valor mínimo de € 500,00 e o valor máximo previsto no n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

#### Artigo 28.º

##### Revisão

1 — O Regulamento de Taxas e Licenças deve ser revisto anualmente no âmbito da preparação para o orçamento do ano seguinte, tendo em conta a evolução do índice de preços do consumidor publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, as necessárias adaptações à evolução dos custos de mercado, os encargos que incidam sobre os serviços prestados, as correspondentes despesas administrativas e outros factores que, eventualmente, sejam de ponderar.

2 — Os valores resultantes da atualização efetuada nos termos do número anterior são arredondados por excesso para o múltiplo de € 0,05 mais próximo.

3 — Sem prejuízo da transição para um novo ano económico e do disposto no número um, o presente Regulamento de Taxas e Licenças considera-se eficaz até à entrada em vigor de novo Regulamento e Tabela.

#### Artigo 29.º

##### Entrada em vigor

As disposições do presente Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais entram em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

28 de dezembro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Carreiras*.

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>TÍTULO II</b>							
<b>Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais</b>							
<b>CAPÍTULO I</b>							
<b>Serviços Administrativos</b>							
[Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, artº 10º, alínea d) e Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — artº. 6º nº 1, alínea b)]							
Artigo 1.º							
1 — Averbamentos:							
a) Não Específicos .....	0,00	0,00	0,27	16,00	1	3,70	d)
b) Em processo, em alvará de licença ou comunicação prévia de operações urbanísticas, nos termos legalmente previstos, por cada .....	0,00	0,00	4,98	49,81	6	68,90	d)
c) Em alvará sanitário ou alvará de autorização de utilização para estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos comerciais ou estabelecimentos com utilização turística. ....						50% valor da licença	d)
2 — Certidões							
a) Diversas, incluindo anexos .....	0,00	0,00	1,78	21,35	5	24,65	d)
b) Comprovativa da verificação dos requisitos de destaque de parcela, incluindo plantas autenticadas .....	0,00	0,00	9,14	109,72	5	126,50	d)
c) Comprovativa da receção provisória de obras de urbanização .....	0,00	0,00	2,42	29,03	5	33,50	d)
d) Comprovativa da anexação, desanexação ou integração no domínio público municipal de parcelas de terreno — por cada .....	0,00	0,00	4,66	55,93	5	64,50	d)
e) Para constituição, alteração ou retificação da propriedade horizontal. ....	0,00	0,00	13,52	101,40	8	187,00	d)
3 — Alvarás diversos não especialmente previstos na tabela .....	0,00	0,00	3,91	46,96	5	54,15	d)
4 — Conferência e autenticação de documentos apresentados por particulares — por cada folha. ....	0,00	0,00	0,14	4,28	2	2,00	d)
5- Autenticação de documentos — por cada folha .....	0,00	0,00	0,23	2,78	5	3,25	d)
6 — Rubricas de livros, processos e documentos quando legalmente exigidos — cada rubrica .....	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
7 — Termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a esta formalidade — cada livro .....	0,00	0,00	0,36	5,33	4	4,95	d)
8 — Termos de entrega de documentos junto a processos, cuja restituição haja sido autorizada .....	0,00	0,00	0,53	8,01	4	7,40	a)
9 — Fornecimento, a pedido dos interessados, de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou estejam em mau estado — por cada folha .....	0,00	0,00	0,04	1,21	2	0,60	a) ou d)
10 — Declarações a pedido de empreiteiros e outras pessoas, singulares ou coletivas, sobre a capacidade e idoneidade na execução de empreitadas (InCi), emprego de explosivos e situações semelhantes — por cada .....	0,00	0,00	1,78	21,35	5	24,65	d)
11 — Pela emissão e confirmação de segunda via do livro da obra .....	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
12 — Depósito da ficha técnica de habitação (DL n.º 68/2004, de 25 de março), por cada fogo ou fração do prédio .....	0,00	0,00	1,42	21,35	4	19,70	d)
13 — Emissão de segunda via da ficha técnica de habitação — as taxas correspondentes ao n.º 28, alíneas a) e c) do art. 1º da Tabela							
14 — Venda de impressos destinados ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais .....	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	a)
15 — Autos de adjudicação, arrematação de fornecimentos ou semelhantes .....	0,00	0,00	0,53	32,02	1	7,40	a)
16 — Registo de minas e de nascentes de água mineromedicinais .....	0,00	0,00	4,98	59,77	5	68,90	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
17 — Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público — cada edital	0,00	0,00	0,71	8,54	5	9,85	a)
18 — A taxa a arrecadar pela emissão do Certificado de Registo, a que se referem os artigos 14.º e 29.º da Lei n.º 37/2006 de 9 de agosto, é de € 7,00 (Portaria n.º 1637/2006 de 27 de setembro) e reverte para o município da seguinte forma:							
a) 50% da taxa fixada na Portaria n.º 1637/2006 de 27 de setembro.						3,65	d)
b) Valor para os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras; Operação de Tesouraria						3,65	d)
c) 2,5% de encargos deduzidos ao montante que reverte para os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, o qual corresponde sempre a 50% do total fixado pela Portaria n.º 1637/2006 de 27 de setembro						1,90	d)
d) Em caso de extravio, roubo ou deterioração dos certificados, documentos e cartões.						7,80	d)
Determinado em legislação específica							
19 — Promoção de consultas a entidades exteriores em substituição do requerente	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)
20 — Confiança de processos para fins judiciais ou outros, quando autorizada — por cada 5 dias	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)
21 — Fotocópias:							
a) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A4 (Preto e Branco)	0,00	0,00	0,01	0,48	1	0,15	a) ou d)
b) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A3 (Preto e Branco)	0,00	1,00	0,01	0,48	1	0,25	a) ou d)
c) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A4 (Cores)	0,00	2,00	0,01	0,64	1	0,45	a) ou d)
d) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A3 (Cores)	0,00	4,00	0,01	0,58	1	0,70	a) ou d)
e) As fotocópias requeridas por estudantes beneficiam de um desconto de 50%							a) ou d)
f) Fotocópia ou Certidão de Licença/Autorização de Utilização	0,00	0,00	0,62	12,45	3	8,65	d)
g) Fotocópias autenticadas de documentos arquivados — por cada folha	0,00	0,00	0,30	3,63	5	4,20	a) ou d)
h) Cartões para fotocópias	1,00	0,00	0,18	5,35	2	3,55	a)
i) Segunda via do cartão de fotocópias	1,00	0,00	0,18	5,35	2	3,55	a)
22 — Reprodução em suporte digital:							
a) De documentos conservados no Arquivo Histórico Municipal, Casa Reinaldo dos Santos/Irene Quilhó dos Santos e Museu da Música Portuguesa:							
a.1 Reprodução em baixa resolução	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
a.2 Reprodução em alta resolução	0,00	4,50	1,78	35,56	3	135,35	d)
A aquisição nos termos das alíneas a.1) e a.2) por estudantes — redução de 50% no valor total							
b) De documentos constantes de processos urbanísticos:							
b.1 Em suporte fornecido pelo interessado	0,00	0,00	0,75	22,60	2	10,45	a)
b.2 Remetidos por e-mail	0,00	-0,30	0,53	16,00	2	5,20	a)
23 — Fotografias — por cada	1,00	0,00	0,63	12,63	3	9,80	a)
24 — Postais Ilustrados — por cada							
a) em museus	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	c)
b) outros locais	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	a)
25 — CD ou DVD's para utilização em Serviços Municipais							
a) CD (com capacidade de pelo menos 650MB)	1,00	0,00	0,12	3,75	2	2,80	a)
b) DVD (com capacidade de pelo menos 4,30 GB)	1,00	0,00	0,12	3,75	2	2,80	a)
c) Gravação em CD ou DVD com suporte fornecido pelo interessado, quando permitido pelo serviço	0,00	0,00	0,27	5,34	3	3,70	a)
26 — Fornecimento de plantas topográficas ou outras, incluindo as cópias de peças escritas, informações ou consultas sobre planos, estudos ou procedimentos urbanísticos — por cada:							
a) Formato A4	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
b) Planta para projeto de águas e esgotos	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
c) Planta para entrega de projeto com extrato PDM	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
27 — Fornecimento de plantas do PDM de ordenamento ou condicionantes (parte escrita e plantas).....	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)
28 — Fornecimento de reprodução de peças de processos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas:							
a) Taxa fixa por cada pedido — o pagamento é efetuado no ato de entrega do pedido.....	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)
a.1 — Peças escritas ou desenhadas do processo (cada folha A4).....	0,00	0,00	0,04	1,21	2	0,60	d)
a.2 — Outro formato.....	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
b) Plantas de arquitetura a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º do CIMI, embora gratuitas, pelo custo de reprodução, por cada fração autónoma.....	0,00	0,00	0,89	13,34	4	12,30	d)
c) Autenticação de plantas — cada folha.....	0,00	0,00	0,23	2,78	5	3,25	d)
29 — Informação digital:							
a) Cartografia digital em vetor (formatos Autocad, Mapinfo ou Shapefile) por cada carta (1,6 Km2).....	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
b) Ortofotomapas digitais: Sem altimetria; Com altimetria.....	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
c) Informação georeferenciada em SIG (por registo).....	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
d) Fornecimento de pontos coordenados e materializados no campo para apoio de trabalhos de topografia (GPS) (por cada ponto).....	0,00	0,00	8,72	130,76	4	120,60	d)
30 — Pela emissão de licença especial de ruído:							
a) Taxa de fiscalização.....	0,00	0,00	2,00	40,00	3	27,70	d)
b) Licença especial de ruído.....	0,00	0,00	3,50	70,00	3	48,45	d)
c) Obras							
c.1 — Dias de Semana							
c.1.1 — Inferior a 10 dias.....	0,00	0,10	2,00	40,00	3	30,45	d)
c.1.2 — Superior a 10 dias e inferior a 30 dias.....	0,00	0,20	2,00	40,00	3	33,20	d)
c.1.3 — Superior a 30 dias.....	0,00	0,40	2,00	40,00	3	38,75	d)
c.2 — Fim de Semana							
c.2.1 — Inferior a 10 dias.....	0,00	0,50	2,00	40,00	3	41,50	d)
c.2.2 — Superior a 10 dias e inferior a 30 dias.....	0,00	1,00	2,00	40,00	3	55,35	d)
c.2.3 — Superior a 30 dias.....	0,00	1,50	2,00	40,00	3	69,20	d)
d) Eventos							
d.1 — Segunda, terça, quarta e quinta-feira							
d.1.1 — Hora Términus inferior ou igual às 23h							
i) Inferior a 5 dias.....	0,00	0,10	2,00	40,00	3	30,45	d)
ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias.....	0,00	0,40	2,00	40,00	3	38,75	d)
iii) Igual ou superior ou igual a 30 dias.....	0,00	1,00	2,00	40,00	3	55,35	d)
d.1.2 — Hora Términus superior às 23h							
i) Inferior a 5 dias.....	0,00	1,00	2,00	40,00	3	55,35	d)
ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias.....	0,00	1,50	2,00	40,00	3	69,20	d)
iii) Igual ou superior ou igual a 30 dias.....	0,00	0,00	9,00	270,00	2	124,50	d)
d.2 — Sexta-feira, Sábados, Domingos, Feriados e Vésperas de feriados							
d.2.1 — Entre as 07h e as 20h							
i) Inferior a 5 dias.....	0,00	0,10	2,00	40,00	3	30,45	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias .....	0,00	0,20	2,00	40,00	3	33,20	d)
iii) Igual ou superior ou igual a 30 dias .....	0,00	0,40	2,00	40,00	3	38,75	d)
<b>d.2.2 — Hora Términus inferior ou igual às 23h</b>							
i) Inferior a 5 dias .....	0,00	0,10	1,00	40,00	3	15,25	d)
ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias .....	0,00	0,10	2,00	40,00	3	30,45	d)
iii) Igual ou superior ou igual a 30 dias .....	0,00	0,20	2,00	40,00	3	33,20	d)
<b>d.2.3 — Hora Términus superior às 23h</b>							
i) Inferior a 5 dias .....	0,00	0,50	2,00	40,00	3	41,50	d)
ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias .....	0,00	0,50	2,25	40,00	3	46,70	d)
iii) Igual ou superior ou igual a 30 dias .....	0,00	1,00	2,00	40,00	3	55,35	d)
<b>e) Agravamento por incumprimento dos prazos definidos no artº 15º do Dec-Lei 9/2007 de 17 de janeiro</b>							
e.1 — 15 a 7 dias antes da data do evento .....	0,00	1,00	3,50	70,00	3	96,85	d)
e.2 — 7 a 1 dia antes do evento .....	0,00	2,00	3,50	70,00	3	145,25	d)
<b>CAPÍTULO II</b>							
<b>Urbanismo</b>							
<b>SECÇÃO I</b>							
<b>Pedidos de informação conexos com operações urbanísticas</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — artigo 6.º n.º 1, alínea b) e Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março — artigos 14.º a 17.º, 18.º a 27.º, 28.º a 33.º, 72.º a 76.º e 88.º]							
Artigo 2.º							
<b>Informação diversa</b>							
1 — Prestação de informação simplificada, por escrito, no âmbito da alínea a) n.º 1 do artigo 110.º do RJUE, sobre instrumentos de planeamento e n.º 1 do artº 14º do RJUE .....	0,00	0,00	8,72	130,76	4	120,60	d)
2 — Prestação de informação sobre alinhamentos .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
3 — Elaboração de estudo de quarteirão .....	0,00	0,00	15,12	226,81	4	209,15	d)
4 — Pela apreciação de pedidos de destaque ou operações de desanexação com anexação de parcelas .....	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,65	d)
a) À taxa prevista no número anterior acresce a devida pela emissão da certidão respetiva, quando requerida e prevista nas alíneas b) ou d) do n.º 2 do artigo 1º							d)
5 — Pedidos de autorização prévia de localização .....	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,65	d)
Artigo 3.º							
<b>Informação prévia</b>							
1 — Pela apreciação do pedido de informação prévia sobre qualquer operação urbanística nos termos do n.º 2 do artº. 14º. do RJUE .....	0,00	-0,40	51,23	307,40	10	425,20	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
2 — Pela apreciação da manutenção dos pressupostos da informação prévia nos termos do n.º 3 do art.º 17.º do RJUE e emissão da declaração respetiva .....	0,00	0,00	26,68	160,11	10	369,10	d)
<b>SECÇÃO II</b>							
<b>Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Trabalhos de Remodelação de Terrenos</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — artigo 6.º n.º 1, alínea b), Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março — artigos 14.º a 17.º, 18.º a 27.º, 28.º a 33.º, 72.º a 76.º e 88.º]							
<b>SUBSECÇÃO I</b>							
<b>Taxas de Apreciação</b>							
<b>Artigo 4.º</b>							
<b>Do pedido de licença ou da apresentação da comunicação</b>							
1 — Pela apreciação do pedido de licença ou da comunicação prévia para:							
a) Operações de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos (incluindo campos de golfe, de ténis ou operações análogas) .....	0,00	0,00	56,57	308,57	11	782,50	d)
a.1 — Nas operações de loteamento acresce à taxa prevista no n.º anterior, por cada lote ou unidade de ocupação .....	0,00	0,00	1,95	116,80	1	26,95	d)
b) Execução faseada de obras de urbanização ou trabalhos de remodelação de terrenos .....	0,00	0,00	21,53	215,26	6	297,75	d)
c) Conclusão de obras inacabadas de urbanização ou de remodelação de terrenos .....	0,00	0,00	21,53	215,26	6	297,75	d)
<b>Artigo 5.º</b>							
<b>Do pedido de alteração ou de renovação da licença ou da comunicação</b>							
Pela apreciação do pedido de alteração ou renovação da licença ou da comunicação prévia admitida para operações de loteamento, obras de urbanização ou trabalhos de remodelação de terrenos .....	0,00	-0,50	56,57	339,42	10	391,25	d)
a) Nas operações de loteamento acresce à taxa acima prevista, por cada lote ou unidade de ocupação alterada .....	0,00	0,00	1,95	116,80	1	26,95	d)
<b>SUBSECÇÃO II</b>							
<b>Taxas de licenciamento, de autorização ou de admissão da comunicação</b>							
<b>Artigo 6.º</b>							
<b>Emissão de alvará ou de certidão de plano de pormenor, de aditamento ou admissão da comunicação prévia</b>							
1 — Pela emissão do alvará ou da certidão do plano de pormenor a que se reporta o art.º 92º-A do D.L. n.º 380/99, na redação dada pelo D.L. n.º 46/2009, ou pela admissão da comunicação prévia para operações de loteamento ou obras de urbanização .....	0,00	0,00	21,53	215,26	6	297,75	d)
2 — Nas operações de loteamento e certidão de plano de pormenor a que se refere o n.º1, acrescem à taxa prevista no números anterior, as seguintes:							
a) O n.º de fogos ou unidades de ocupação x € 26,0 + (n.º de lotes x € 26,0), ou, no caso de usos industriais ((Abc (m2) : 100 m²) x € 26,0) + (n.º de lotes x € 26,0) .....	0,00	0,00	1,95	116,80	1	26,95	d)
b) A publicitação em avisos em imprensa local/regional .....	210,00	0,00	3,22	32,25	6	262,40	d)
c) A publicitação da discussão pública .....	0,00	0,00	3,22	32,25	6	44,65	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Pela emissão do aditamento ao alvará, à certidão do plano de pormenor ou à comunicação prévia admitida . . . . .	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
a) Na alteração da operação de loteamento e de certidão do plano de pormenor, acresce à taxa fixada no número anterior, as previstas no n.º 2 em função da alteração licenciada ou admitida.							
4 — Pela emissão do alvará de licença ou pela admissão da comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos (incluindo campos de golfe, de ténis ou operações análogas) . . . . .	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
a) Acresce ao montante previsto no número anterior – por cada metro quadrado da área intervencionada . . . . .	0,00	0,00	0,05	3,19	1	0,75	d)
5 – Pela emissão do alvará de licença ou pela admissão da comunicação prévia correspondente à 1ª fase das obras de urbanização ou dos trabalhos de remodelação de terrenos ou para obras inacabadas . . . . .	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
<b>SECÇÃO III</b>							
<b>Operações de edificação e demolição</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — artigo 6.º n.º 1, alínea b) e Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março — artigos. 4.º, 18.º a 36.º-A]							
<b>SUBSECÇÃO I</b>							
<b>Taxas de Apreciação</b>							
<b>Artigo 7.º</b>							
<b>Do pedido de licença ou da apresentação da comunicação prévia</b>							
1 — Pela apreciação do pedido de licença ou pela apresentação da comunicação prévia para qualquer obra de edificação ou demolição . . . . .	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,70	d)
2 — Acresce à taxa fixada no número anterior, por metro quadrado ou metro linear de construção . . . . .	0,00	0,00	0,18	10,69	1	2,50	d)
3 — Pela apreciação do pedido de alteração ou renovação da licença ou da comunicação prévia admitida para obras de edificação . . . . .	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,70	d)
4 — Acresce à taxa fixada no número anterior a área bruta de construção alterada nos termos previstos no n.º 2 . . . . .	0,00	0,00	0,18	10,69	1	2,50	d)
5 — Pela apreciação do pedido de licença ou pela apresentação da comunicação prévia para conclusão de obras de edificação ou demolição inacabadas . . . . .	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,70	d)
6 — Pela apreciação do pedido de licença parcial para construção da estrutura . . . . .	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,70	d)
7 — Pela apreciação do pedido para escavação e contenção periférica . . . . .	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,70	d)
<b>SUBSECÇÃO II</b>							
<b>Taxas de licenciamento, de autorização ou de admissão da comunicação</b>							
<b>Artigo 8.º</b>							
<b>Emissão do alvará, do aditamento ou da admissão da comunicação prévia</b>							
1 — Pela emissão do alvará ou pela admissão da comunicação prévia para obras de edificação ou demolição . . . . .	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
2 — À taxa prevista no número anterior, acrescem as seguintes:							
a) Por metro quadrado de área bruta de construção nova (incluindo anexos, piscinas, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros) e em função da utilização licenciada ou admitida tendo por base o preço de construção, 741,48 €/m2, fixado na Portaria n.º 1379-B/2009, de 30 de outubro, ou na que lhe suceder, calculado em função do fator de referência seguinte:							
a.1 — Habitação — 1,20%;							
a.2 — Comércio, serviços e turismo — 0,82%;							
a.3 — Indústria — 1,00 %;							
a.4 — Outras utilizações não especificadas nas alíneas anteriores — 1,00 %.							
b) Para edificação de muros de suporte ou de vedação ou outras vedações provisórias ou definitivas confinantes com a via pública — por metro linear .....	0,00	0,00	0,53	32,02	1	7,40	d)
c) Por metro quadrado de área bruta de construção a demolir. ....	0,00	0,00	0,05	3,19	1	0,75	d)
c.1 — A demolição de edifícios ou construções que apresentem risco de segurança .....						Taxa Zero	
3 — Pela emissão do aditamento ao alvará ou à comunicação prévia admitida .....	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
4 — À taxa prevista no número anterior, acrescem quando devidas as previstas no n.º 2 em função das alterações licenciadas ou admitidas.							
5 — Pela emissão do alvará ou pela admissão da comunicação prévia para obras de edificação faseada .....	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
a) À taxa prevista no número anterior acresce as taxas previstas no n.º 2 correspondentes à totalidade da obra.							
6 — Pela emissão da licença especial ou pela admissão da comunicação prévia para obras de edificação ou demolição inacabadas .....	0,00	0,00	25,79	154,77	10	356,80	d)
7 — Pela emissão do alvará de licença parcial para construção da estrutura .....	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
8 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a emissão do alvará ou pela admissão da comunicação prévia para as obras referidas no n.º 8 do artigo 7.º .....						Taxa Zero	
<b>SECÇÃO IV</b>							
<b>Execução das operações urbanísticas</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — artigo 6.º n.º 1, alínea b) e Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março — artigos 53.º a 61.º]							
Artigo 9.º							
<b>Taxas gerais</b>							
1 — Pelo pedido de prorrogação de prazo para emissão de alvará de licença ou autorização .....	0,00	0,25	4,18	50,17	5	72,30	d)
2 — Pelo pedido de prorrogação de prazo para execução de obras de urbanização .....	0,00	0,20	3,38	40,56	5	56,15	d)
3 — Pedido de receção provisória ou definitiva das obras de urbanização .....	0,00	0,00	3,38	33,80	6	46,75	d)
Artigo 10.º							
<b>Prazos de execução</b>							
1 — Por cada período de 30 dias .....	0,00	0,00	3,38	33,80	6	46,75	d)
2 — Pela prorrogação na fase de acabamentos — a taxa referida no número anterior com um adicional de 50% .....						70,15	d)



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
UOPG 10 .....							
UOPG 11 .....							
UOPG 12 .....							
UOPG 13 .....							
UOPG 14 .....							
UOPG 15 .....							
UOPG 16 .....							
UOPG 17 .....							
UOPG 18 .....							
UOPG 19 .....							
UOPG 20 .....							
UOPG 21 .....							
UOPG 22 .....							
UOPG 23 .....							
UOPG 24 .....							
UOPG 25 .....							
UOPG 26 .....							
UOPG 27 .....							
UOPG 28 .....							
UOPG 29 .....							
UOPG 30 .....							
UOPG 31 .....							
UOPG 32 .....							
UOPG 33 .....							

4 — As operações de loteamento e as obras de construção e ampliação que usufruam diretamente de infraestruturas excecionalmente executadas ou comparticipadas pelo Município de Cascais no âmbito da reconversão urbanística de AUGI's ficam sujeitas à aplicação da TRIU' (TRIU agravada), calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TRIU' = A_c \times (PPI/S_i) \times K_1 + 0,03 V$$

- a) TRIU' — Valor da taxa devida ao Município de Cascais (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas, incluindo aquelas que foram executadas ou comparticipadas pelo município no âmbito da reconversão das AUGI.
- b)  $A_c$  — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados).
- c) PPI — Montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos destinado à realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais e equipamentos assumindo para o ano de 2010 e 2011 o valor de € 81.373.698,86
- d)  $S_i$  — Área do Município de Cascais — 97.100.000 m<sup>2</sup>.
- e)  $K_1$  — Coeficiente que traduz a influência da utilização e da localização geográfica diferenciada na operação urbanística e assume os valores constantes do Quadro 1.
- f) V — Corresponde a  $A_c$  multiplicada pelo valor correspondente ao m<sup>2</sup> de construção fixado na Portaria n.º 1425-B/2007, de 31 de outubro ou na legislação que lhe suceder.

5 — À TRIU/TRIU' calculada nos termos do n.º anterior é igualmente aplicado o regime de prestações previsto no artigo 12.º do Regulamento de Cobrança .....

Artigo 12.º

**Regime de reduções**

1 — O valor da TRIU/TRIU' poderá ser objeto de redução proporcional, sempre que o loteador ou promotor executar, por sua conta, infraestruturas que venha a entregar ao município, designadamente infraestruturas viárias, redes públicas de saneamento, redes de águas pluviais, redes de abastecimento de águas, que se desenvolvam para além da área de intervenção objeto de loteamento ou da operação urbanística, bem como infraestruturas que possam vir a servir terceiros, não diretamente ligados àquele operação urbanística .....

d)

d)

d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
2 — O valor do montante a reduzir, nos casos em se verifiquem as situações descritas no número anterior e até ao máximo de 50% do valor da TRIU/TRIU', é determinado por avaliação direta das infraestruturas em causa, mediante requerimento do interessado, previamente, à fixação do montante da TRIU/TRIU', sendo posteriormente abatido ao valor desta . . . . .							d)
3 — A renovação da licença ou da comunicação prévia admitida não está sujeita ao pagamento da TRIU/TRIU' . . . . .							d)
4 — O cálculo do valor da TRIU/TRIU' não incidirá igualmente sobre as áreas de construção, que no âmbito das respetivas operações urbanísticas sejam objeto de cedência ao Município, por compensação em espécie . . . . .							d)
5 — As operações urbanísticas que incidam sobre imóveis classificados ou inventariados nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, bem como em imóveis constantes do Anexo I ao Regulamento do Plano Diretor Municipal, podem beneficiar de uma redução até 50% sobre o valor da TRIU/TRIU' . . . . .							d)
<b>SECÇÃO VI</b>							
<b>Ocupação e Utilização da Via Pública</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — art. 6.º n.º 1, alínea c) e art. 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do D.L. n.º 26/2010, de 30 de março e RUEM — Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Cascais]							
Artigo 13.º							
<b>Condições de ocupação</b>							
1 — As condições relativas à ocupação de via pública ou à colocação de tapumes e vedações devem ser propostas pelo requerente em função das obras a executar, apresentando para o efeito planta com a demarcação do local, área de ocupação pretendida e respetiva calendarização.							
2 — Caso não se verifique o pagamento no prazo de 30 dias a contar da data do ofício de liquidação da taxa de ocupação devida (via pública) referida no número anterior e se verifique à data da emissão do alvará de autorização de utilização do edifício que a mesma continua por pagar, proceder-se-á à cobrança conjuntamente com a taxa de emissão do referido alvará.							
Artigo 14.º							
<b>Ocupação da via pública para execução de operações urbanísticas</b>							
1 — Pela ocupação da via — Taxa fixa . . . . .	0,00	0,00	3,75	56,23	4	51,85	d)
2 — Pela ocupação de via pública com tapumes ou andaimes para execução de obras:							
a) Primeiros 15 dias — por m <sup>2</sup> e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,00	0,13	2	0,10	d)
b) Do 16.º ao 30.º dia — por m <sup>2</sup> e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,01	0,23	2	0,15	d)
c) Do 31.º ao 45.º dia — por m <sup>2</sup> e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,02	0,67	2	0,35	d)
d) A partir do 46.º dia — por m <sup>2</sup> e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,09	2,71	2	1,25	d)
(Não há lugar ao pagamento da taxa quando o valor a cobrar for inferior a € 5,00)							
3 — Com gruas, veículos pesados, guindastes de apoio às obras, ou outras máquinas ou equipamentos mecânicos, contentores apropriados para depósito de materiais e entulhos, por dia . . . . .	0,00	7,00	0,07	1,06	4	7,85	d)
<b>SECÇÃO VII</b>							
<b>Vistorias</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — art. 6.º n.º 1, alínea b) e Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação do D.L. n.º 26/2010, de 30 de março]							
Artigo 15.º							
<b>Regras gerais</b>							
1 — Nas taxas cobradas pelas vistorias estão incluídas as despesas com a deslocação e remuneração de peritos e outras despesas a efetuar pelo Município.							



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
2 — As vistorias só são ordenadas depois de pagas as taxas, com exceção das vistorias para concessão de autorização de utilização, cuja realização seja determinada pelo Presidente da Câmara, nos termos do n.º 2 do artigo 64º do RJUE, a qual é cobrada, no ato de emissão do correspondente alvará, em acumulação com a taxa a que se refere o artigo 17º. da Tabela.							
3 — Não se realizando a vistoria por motivo estranho ao serviço, só é ordenada outra após o pagamento de respetiva taxa.							
4 — No caso de obras de alterações decorrentes da vistoria, a nova vistoria a realizar é precedida do pagamento de nova taxa de valor igual à da vistoria inicial.							
Artigo 16.º							
<b>Taxas pela realização de vistorias</b>							
Na realização de vistorias, incluindo a deslocação e remunerações de peritos e outras despesas, são devidas as seguintes taxas:							
1 — Para autorização ou alteração da autorização de utilização, por cada fogo e seus anexos ou unidade de ocupação (estabelecimento, garagem, etc.) . . . . .	0,00	0,00	10,32	77,39	8	142,75	d)
2 — Para autorização de utilização de estabelecimentos comerciais.							
a) Unidades comerciais de dimensão relevantes . . . . .	0,00	0,00	28,46	243,97	7	393,70	d)
b) Restantes estabelecimentos . . . . .	0,00	0,00	11,39	97,59	7	157,50	d)
3 — Para alteração da utilização autorizada é devida a taxa fixada nos números anteriores.							
4 — Para efeitos de determinação da conservação do edificado, nos termos dos artigos 89º e 90º do RJUE . . . . .	0,00	0,00	13,59	101,90	8	187,95	d)
5 — Para elaboração do auto de medições e orçamento para efeitos do artigo 14º. do RAU . . . . .	0,00	0,00	10,85	81,39	8	150,10	d)
6 — Para determinação das condições de salubridade, nos termos do artigo 12º. do RGEU . . . . .	0,00	0,00	7,12	53,37	8	98,45	d)
7 — Para constituição, alteração ou retificação da propriedade horizontal . . . . .	0,00	0,00	13,52	101,40	8	187,00	d)
a) Acresce por cada fração autónoma . . . . .	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,25	d)
8 — Vistorias para receção provisória e definitiva das obras de urbanização, por cada . . . . .	0,00	0,00	13,52	101,40	8	187,00	d)
a) Acresce por cada lote . . . . .	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,25	d)
9 — Vistoria para redução ou cancelamento da caução. . . . .	0,00	0,00	5,51	47,27	7	76,30	d)
10 — Vistorias para outros fins não especificados . . . . .	0,00	0,00	10,32	77,39	8	142,75	d)
<b>SECÇÃO VIII</b>							
<b>Utilização das Edificações</b>							
<b>SUBSECÇÃO I</b>							
<b>Da utilização em geral</b>							
Artigo 17.º							
<b>Taxas de apreciação e emissão de alvarás de utilização</b>							
[Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art. 6º nº 1, alínea b) e Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do D.L. nº 26/2010, de 30 de março]							
1 — Pela apreciação do pedido de autorização ou alteração de utilização . . . . .	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,65	d)
2 — Pela emissão do alvará de autorização ou alteração de utilização — taxa fixa . . . . .	0,00	0,00	16,19	138,76	7	223,95	d)
a) Para habitação: por fogo e seus anexos – por metro quadrado de área de construção . . . . .	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
b) Para comércio, serviços e turismo – por metro quadrado de área de construção . . . . .	0,00	-0,50	0,18	5,32	2	1,25	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
c) Para indústria, por metro quadrado de área de construção .....	0,00	0,30	0,18	5,34	2	3,25	d)
d) Para outras utilizações não especificadas nas alíneas anteriores, por metro quadrado de área de construção .....	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
<b>SUBSECÇÃO II</b>							
<b>Da Utilização para Estabelecimentos de Restauração e Bebidas</b>							
(Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 16/2010, de 30 de julho)							
Artigo 18.º							
Autorização de utilização dos seguintes estabelecimentos, por capacidade do estabelecimento:							
1 — Pela análise liminar .....	0,00	0,00	1,17	14,00	5	15,50	d)
2 — Pela emissão do alvará de autorização de utilização — taxa fixa .....	0,00	0,00	16,19	121,41	8	223,95	d)
2.1 — Estabelecimentos de Bebidas							
a) Até 20 lugares .....	0,00	0,00	14,92	111,87	8	206,30	d)
b) De 21 a 40 .....	0,00	0,00	20,16	151,17	8	278,80	d)
c) por cada lugar adicional a partir dos 40 lugares .....	0,00	0,00	0,81	9,67	5	11,20	d)
2.2 — Estabelecimentos de Restauração							
a) Até 20 lugares .....	0,00	0,00	18,64	124,30	9	257,90	d)
b) De 21 a 40 .....	0,00	0,00	25,17	188,77	8	348,15	d)
c) por cada lugar adicional a partir dos 40 lugares .....	0,00	0,00	1,21	14,51	5	16,75	d)
2.3 — Estabelecimentos de Restauração e Bebidas							
a) Até 20 lugares .....	0,00	0,00	22,37	167,80	8	309,45	d)
b) De 21 a 40 .....	0,00	0,00	30,20	226,53	8	417,80	d)
c) por cada lugar adicional a partir dos 40 lugares .....	0,00	0,00	1,61	19,35	5	22,35	d)
2.4 — Aos estabelecimentos das alíneas anteriores com fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados .....							
2.5 — Aos estabelecimentos nos pontos anteriores que disponham de sala ou espaço de dança .....							
3 — Apresentação de declaração prévia de instalação ou modificação de atividade de estabelecimentos de restauração e bebidas							
a) Por instalação e modificação de estabelecimento .....	0,00	0,00	12,09	181,40	4	167,30	d)
4 — Por averbamento em nome de novo titular .....							
						50% da taxa prevista no ponto 2.	d)

acresce 20% ao valor total da capacidade do estabelecimento por tipologia d)

acresce 60% ao valor total da capacidade do estabelecimento por tipologia d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>SUBSECÇÃO III</b>							
<b>Da Utilização Turística</b>							
(Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março na redação do D.L. n.º 228 /2009 de 14 setembro, Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto e Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro)							
Artigo 19.º							
1 — Pela emissão dos alvarás de autorização de utilização turística:							
1.1 — Estabelecimentos Hoteleiros							
a) 5 estrelas .....	0,00	0,00	189,47	812,00	14	2.620,55	d)
b) 4 estrelas .....	0,00	0,00	173,34	742,89	14	2.397,55	d)
c) 3 estrelas .....	0,00	0,00	165,28	708,34	14	2.286,05	d)
d) 2 estrelas .....	0,00	0,00	165,28	708,34	14	2.286,05	d)
e) 1 estrelas .....	0,00	0,00	165,28	708,34	14	2.286,05	d)
1.2 — Aldeamentos Turísticos							
a) 5 estrelas .....	0,00	0,00	189,47	812,00	14	2.620,55	d)
b) 4 estrelas .....	0,00	0,00	173,34	742,89	14	2.397,55	d)
c) 3 estrelas .....	0,00	0,00	165,28	708,34	14	2.286,05	d)
1.3 — Apartamentos Turísticos							
a) 5 estrelas .....	0,00	0,00	189,47	812,00	14	2.620,55	d)
b) 4 estrelas .....	0,00	0,00	173,34	742,89	14	2.397,55	d)
c) 3 estrelas .....	0,00	0,00	165,28	708,34	14	2.286,05	d)
2 — Conjuntos turísticos .....							
						Valor será o somatório das taxas dos empreendimentos integrantes do conjunto	d)
3 — Empreendimentos de Turismo de Habitação .....	0,00	0,00	62,89	290,25	13	869,80	d)
4 — Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural							
a) Casas de Campo .....	0,00	0,00	31,44	209,62	9	434,90	d)
b) Agroturismo .....	0,00	0,00	31,44	209,62	9	434,90	d)
c) Hotéis Rurais .....	0,00	0,00	47,16	257,26	11	652,35	d)
5 — Por cada Unidade de Alojamento (cumulativamente aos pontos anteriores)							
a) Por cada unidade de alojamento referida no ponto 1.1 .....	0,00	0,00	1,99	8,53	14	27,55	d)
b) Por cada unidade de alojamento nos pontos 1.2, 1.3, 2, 3, 4. ....	0,00	0,00	8,96	38,41	14	123,95	d)
6 — Parques de Campismo e caravanismo .....							
						869,80	d)
7 — Empreendimentos de Turismo da natureza .....							
						Taxa correspondente à tipologia adotada nos termos do presente artigo	d)
8 — Alojamento Local							
a) Registo .....	0,00	0,00	24,59	245,90	6	340,15	d)
b) Placa identificativa .....	0,00	0,00	2,42	36,28	4	33,50	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
9 — Reclassificação de empreendimento turístico	0,00	0,00	8,06	69,11	7	111,55	d)
10 — Por averbamento em nome de novo titular						50% da taxa prevista para utilização turística solicitada	d)
<b>SUBSECÇÃO IV</b>							
Da Utilização de Estabelecimentos de Comércio ou de Armazenagem de Produtos Alimentares, não Alimentares e de Prestação de Serviços							
(Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de julho)							
Artigo 20.º							
Pela autorização de utilização dos seguintes estabelecimentos comerciais:							
1 — Pela análise liminar	0,00	0,00	1,17	14,00	5	15,50	d)
2 — Comércio por grosso especializado e não especializado de produtos alimentares	0,00	0,00	21,53	258,31	5	297,75	d)
3 — Comércio a retalho especializado de produtos alimentares	0,00	0,00	21,53	258,31	5	297,75	d)
4 — Comércio a retalho não especializado							
a) Minimercados	0,00	0,25	48,21	578,52	5	833,55	d)
b) Supermercados	0,00	0,50	64,22	770,65	5	1.332,40	d)
c) Hipermercados	0,00	1,00	128,26	1.539,16	5	3.548,10	d)
5 — Armazéns de produtos alimentares	0,00	1,00	128,26	1.539,16	5	3.548,10	d)
6 — Comércio por grosso de produtos não alimentares	0,00	0,00	21,53	258,31	5	297,75	d)
7 — Comércio a retalho de produtos não alimentares	0,00	0,00	21,53	258,31	5	297,75	d)
8 — Prestação de serviços	0,00	0,00	21,53	258,31	5	297,75	d)
9 — Conjuntos comerciais: o montante correspondente ao somatório das utilizações respetivas constantes da tabela.							d)
10 — Apresentação de declaração prévia de instalação ou modificação de estabelecimento comercial							
a) Por instalação e modificação de estabelecimento	0,00	0,00	12,09	181,40	4	167,30	d)
b) Por averbamento em nome de novo titular						50% da taxa prevista na alínea a)	
Artigo 21.º							
Pelo pedido de alteração — os montantes fixados nos artigos 17º, 18º e 19º							
<b>SECÇÃO IX</b>							
<b>Licenciamentos e Autorizações de Instalações Específicas</b>							
[Lei. n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — art. 6º n.º 1, alínea b); Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do D.L. n.º 26/2010, de 30 de março]							
<b>SUBSECÇÃO I</b>							
Infraestruturas de Suporte de Estações de Rádio Comunicações e Respetivos Acessórios							
(Decreto- Lei. n.º 11/2003, de 18 de janeiro)							
Artigo 22.º							
1 — Pela apreciação dos pedidos de aprovação ou alteração dos projetos de instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, quando fixados no solo ou em construções públicas ou privadas, por unidade	0,00	0,00	24,55	245,50	6	339,60	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA								
2 — Pela autorização municipal de instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, quando fixados no solo ou em construções públicas ou privadas . . . . .	0,00	7,00	24,55	245,50	6	2.716,45	d)								
<p><b>SUBSECÇÃO II</b></p> <p><b>Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo e Postos de Abastecimento de Combustíveis</b></p> <p>(Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na redação do Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro e Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro)</p> <p>Artigo 23.º</p> <p>1 — Pela apreciação do procedimento de licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo:</p> <p>a) Nos procedimentos simplificados da classe A (A1, A2 ou A3) — 5 Tb . . . . .</p> <p>b) Nos procedimentos simplificados da classe B2 — 2 Tb . . . . .</p> <p>2 — Pela apreciação dos pedidos de autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição, objeto do Decreto-lei n.º 125/97, de 23 de maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³ — 5 tb</p> <p>3 — Pela apreciação dos pedidos de licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional — As taxas devidas são as relativas às operações de edificação previstas no artigo 7º da Tabela.</p> <p>4 — Pela emissão do alvará de autorização de utilização :</p> <p>a) Para instalações de armazenamento de produtos de petróleo da classe A (A1, A2 ou A3) — 5 tb . . . . .</p> <p>b) Para postos de abastecimento de combustíveis — as taxas são devidas em função da capacidade dos depósitos, de acordo com o quadro seguinte:</p>															
<p><b>QUADRO 2</b></p> <p><b>Capacidade Total dos depósitos em metros cúbicos</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%; text-align: center;">&gt; 5000</th> <th style="width: 25%; text-align: center;">&gt; = 500 e &lt;5000</th> <th style="width: 25%; text-align: center;">&gt; = 50 e &lt;500</th> <th style="width: 25%; text-align: center;">&lt;50</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">10 TB</td> <td style="text-align: center;">10 TB</td> <td style="text-align: center;">8 TB</td> <td style="text-align: center;">5 TB</td> </tr> </tbody> </table>								> 5000	> = 500 e <5000	> = 50 e <500	<50	10 TB	10 TB	8 TB	5 TB
> 5000	> = 500 e <5000	> = 50 e <500	<50												
10 TB	10 TB	8 TB	5 TB												
5 — Outras taxas:															
a) Pela realização da vistoria final, por cada-5 TB . . . . .						259,25	d)								
b) Pela realização de vistoria para verificação do cumprimento das medidas impostas-8 TB . . . . .						414,80	d)								
c) Pela inspeção periódica — 8 TB . . . . .						414,80	d)								
6 — Averbamentos — 1 TB. . . . .						51,85	d)								
Nota: O valor de 1 TB (taxa base) é de €50 — valor de referência adotado pela Administração Central nos licenciamentos da sua competência, constante no sítio da Internet, das Direções Regionais de Economia.															
7 — Pela prorrogação da licença de exploração provisória — 5 tb. . . . .						259,25	d)								
a) a esta taxa acrescem as taxas devidas em função dos depósitos previstos no Quadro 2, bem como o valor de 2 tb por cada mês.															

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>Artigo 24.º</b>							
<b>Licenciamento de áreas de serviço</b>							
(Decreto-Lei n.º 260/2002 e n.º 261/2002, de 23 de novembro)							
1 — Pela apreciação do pedido de licenciamento — As taxas relativas às operações de edificação previstas no artigo 7º e seguintes da Tabela.							
2 — Pela emissão do alvará de utilização e/ou licença de funcionamento — As taxas correspondentes à capacidade dos depósitos previstas na alínea b) do n.º 4 do artigo 23º acrescidas das devidas pela utilização das demais valências da área de serviço nos termos previstos para as operações de edificação							
3 — Pela emissão de parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regionais e nacionais. ....	0,00	0,00	12,99	259,72	3	179,65	d)
4 — Pela prorrogação da licença de exploração provisória — 5 tb. ....						259,25	d)
a) a esta taxa acrescem as taxas devidas em função dos depósitos previstos no Quadro 2, bem como o valor de 2 tb por cada mês.							
<b>SUBSECÇÃO III</b>							
<b>Manutenção e Inspeção de Ascensores</b>							
(Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, n.º 310/2002 de 18 de dezembro e n.º 264/2002, de 25 de novembro)							
<b>Artigo 25.º</b>							
1 — Inspeções periódicas e reinspeções (por cada elevador) .....	0,00	0,00	5,34	106,75	3	73,85	d)
2 — Inspeções extraordinárias, por cada .....	0,00	0,50	5,34	106,74	3	110,75	d)
3 — Selagem das instalações quando não ofereçam condições de segurança. ....	0,00	0,00	3,20	64,05	3	44,30	d)
4 — Desselagem das instalações quando repostas as condições de segurança .....	0,00	0,00	3,20	64,05	3	44,30	d)
<b>SUBSECÇÃO IV</b>							
<b>Estabelecimentos Industriais</b>							
(Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro)							
<b>Artigo 26.º</b>							
1 — Pela receção do registo e apreciação dos pedidos de regularização dos estabelecimentos industriais (1 TB) .....						93,70	d)
2 — Pela realização de vistorias (1 TB) .....						93,70	d)
3 — Pela desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos (0,6 TB). ....						56,20	d)
4 — Pelo averbamento da alteração ou denominação social do estabelecimento (0,3 TB) .....						28,10	d)
Nota: O valor de 1 TB (taxa base) é de € 90,32 — fixada no anexo V do Dec-Lei 209/2008, e atualizada em função do índice médio de preços no consumidor (IPC)							

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>CAPÍTULO III</b>							
<b>Higiene e Salubridade</b>							
[Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6.º n.º 1, alíneas c) e d) ]							
<b>SECÇÃO I</b>							
<b>Averbamentos e Vistorias</b>							
Artigo 27.º							
Averbamento no alvará do nome do novo proprietário .....						50% do valor do artigo 19.º	d)
Artigo 28.º							
Vistoria para verificação higio-sanitária, por averbamento no alvará de estabelecimentos de comercialização de produtos alimentares — por cada verificação .....	0,00	0,00	4,77	95,35	3	65,95	d)
Artigo 29.º							
Auditorias higio-sanitárias a pedido dos interessados .....	0,00	0,00	4,45	66,71	4	61,55	d)
Artigo 30.º							
Inspeção a viaturas de transporte de animais (se aplicável) — por cada .....	0,00	0,00	4,77	95,35	3	65,95	d)
Artigo 31.º							
Inspeções a viaturas de transporte e venda de pão:							
a) Pela 1.ª inspeção (com entrega da chapa de identificação) — Valor total, discriminado nos pontos seguintes:							
a.1 — Inspeção .....	0,00	0,00	4,77	95,35	3	65,95	d)
a.2 — Chapa .....	0,50	0,00	0,08	5,00	1	1,70	d)
b) Outras inspeções semestrais no âmbito do Dec. Lei 286/86 .....	0,00	0,00	4,77	95,35	3	65,95	d)
Artigo 32.º							
Inspeções facultativas a viaturas de transporte de outros produtos alimentares.							
a) Pela 1.ª inspeção (com entrega da chapa de identificação) — Valor total, discriminado nos pontos seguintes							
a.1 — Inspeção .....	0,00	0,00	2,53	50,52	3	34,95	d)
a.2 — Chapa .....	0,50	0,00	0,08	5,00	1	1,70	d)
b) Outras inspeções semestrais .....	0,00	0,00	2,53	50,52	3	34,95	d)
Artigo 33.º							
Inspeções anuais a quiosques que vendam produtos alimentares de origem animal — por cada .....	0,00	0,00	2,85	56,92	3	39,40	d)
Artigo 34.º							
Inspeções anuais a roulettes ou unidades similares — por cada .....	0,00	0,00	2,85	56,92	3	39,40	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>SECÇÃO II</b>							
<b>Limpeza e Saneamento Urbanos</b>							
Artigo 35.º							
Remoção de Cortes de Jardins:							
a) Pequenos produtores (volume correspondente a uma camioneta ou fração em cada 2 semanas) . . . . .	0,00	-0,50	16,19	194,28	5	112,00	a)
b) Grandes produtores (volume produzido superior a uma camioneta em cada 2 semanas) — por camioneta . . . . .	0,00	0,00	16,19	194,26	5	223,95	a)
<b>SECÇÃO III</b>							
<b>Diversos</b>							
Artigo 36.º							
Fornecimento de água imprópria para consumo a particulares: Auto — Tanque de 6 000 a 8 000 litros . . . . .	0,00	0,00	11,39	227,71	3	157,50	a)
<b>CAPÍTULO IV</b>							
<b>Cemitérios</b>							
[Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º nº 1, alíneas c) e e) ]							
Artigo 37.º							
Inumação em covais:							
a) Sepulturas temporárias . . . . .	0,00	0,00	3,47	52,04	4	48,00	d)
b) Sepulturas perpétuas:							
b.1 — Em caixão de madeira . . . . .	0,00	0,00	6,67	66,71	6	92,30	d)
b.2 — Em caixão de zinco . . . . .	0,00	0,00	8,81	88,06	6	121,80	d)
b.3 — Entrada de Ossadas/Cinzas . . . . .	0,00	0,00	6,67	66,71	6	92,30	d)
Artigo 38.º							
Jazigos particulares:							
1 — Inumações . . . . .	0,00	0,00	8,81	88,06	6	121,80	d)
2 — Entrada de ossadas/cinzas . . . . .	0,00	0,00	6,67	66,71	6	92,30	d)
Artigo 39.º							
Jazigos municipais:							
1 — Inumação . . . . .	0,00	0,00	6,67	66,71	6	92,30	d)
2 — Ocupações já efetuadas, por cada período de um ano ou fração:							
a) Em compartimento dos 2º e 3º pisos . . . . .	0,00	0,00	6,67	66,71	6	92,30	d)
b) Em compartimento dos 1º e 4º pisos . . . . .	0,00	-0,20	6,67	66,72	6	73,85	d)
3 — Com carácter de perpetuidade:							
a) Em compartimento dos 2º e 3º pisos . . . . .	0,00	25,00	6,67	66,71	6	2.399,05	d)
b) Em compartimento dos 1º e 4º pisos . . . . .	0,00	22,00	6,67	66,71	6	2.122,25	d)



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>Artigo 40.º</b>							
Exumação — por cada ossada, incluindo limpeza . . . . .	0,00	0,00	4,54	68,05	4	62,75	d)
<b>Artigo 41.º</b>							
Ossários Municipais:							
1 — Entrada de ossadas ou cinzas . . . . .	0,00	0,00	2,40	36,03	4	33,25	d)
2 — Ocupações já efetuadas, por cada período de um ano . . . . .	0,00	0,00	2,40	36,03	4	33,25	d)
3 — Com carácter perpetuidade:							
a) Em compartimentos dos 1º aos 3º pisos . . . . .	0,00	14,00	3,47	52,03	4	719,75	d)
b) Em compartimentos dos 4º e 5º pisos . . . . .	0,00	11,00	3,47	52,03	4	575,80	d)
<b>Artigo 42.º</b>							
Depósito transitório de caixões:							
1 — Pelo período de vinte quatro horas ou fração . . . . .	0,00	0,00	1,87	28,02	4	25,85	d)
2 — Pelo período de quinze dias, para efeito de obras . . . . .	0,00	0,50	1,87	28,02	4	38,80	d)
<b>Artigo 43.º</b>							
Concessão de Terrenos:							
1 — Para sepultura perpétua . . . . .	0,00	2,50	85,75	643,10	8	4.150,95	d)
2 — Para jazigos:							
a) Pelos primeiros 3 metros quadrados ou fração . . . . .	0,00	5,00	85,75	643,10	8	7.115,90	d)
b) Pelo quarto metro quadrado acresce . . . . .	0,00	1,00	85,75	643,10	8	2.372,00	d)
c) Pelo quinto metro quadrado acresce . . . . .	0,00	2,50	85,75	643,10	8	4.150,95	d)
d) Cada metro quadrado ou fração a mais . . . . .	0,00	3,00	85,75	643,10	8	4.743,95	d)
<b>Artigo 44.º</b>							
Tratamento de sepulturas e sinais funerários:							
1 — Construção da bordadura e sua conservação durante o período inumação:							
a) Em argamassa de cimento . . . . .	0,00	0,00	4,45	66,71	4	61,55	d)
b) Em cantaria . . . . .	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
c) Colocação de lousa em sepultura perpétua . . . . .	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
d) Colocação de lápide/floreira . . . . .	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
<b>Artigo 45.º</b>							
Utilização da capela e sua decoração:							
1 — Utilização da capela, incluindo banquetas, tarima e tocheira . . . . .	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
2 — Armação da capela . . . . .	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
3 — Utilização de paramentos e guisamentos da Câmara para Missa . . . . .	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,25	d)
<b>Artigo 46.º</b>							
Serviços diversos:							
1 — Jazigos/Ossários Municipais:							
a) Colocação de tampas com dobradiças e fechadura . . . . .	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	d)
b) Gravação ou pintura de epitáfio ou colocação de lápide com epitáfio . . . . .	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
2 — Trasladação dentro do Cemitério ou para outro Cemitério:							
a) Ossadas . . . . .	0,00	0,00	1,60	24,02	4	22,15	d)
b) Corpos . . . . .	0,00	0,00	4,45	66,71	4	61,55	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Averbamento em título de jazigo ou sepultura perpétua . . . . .	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
4 — Fornecimento de capa de título de jazigo, ossário ou cartão de enterramento — cada . . . . .	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	d)
5 — Inutilização e transporte para vazadouro de bordaduras particulares em sepulturas temporárias ou perpétuas . . . . .	0,00	0,00	1,60	24,02	4	22,15	d)
6 — Fornecimento de números de sepultura ou compartimentos municipais . . . . .	0,00	0,00	0,09	5,32	1	1,25	d)
Artigo 47.º							
Obras em jazigos e sepulturas perpétuas ou prorrogação do prazo para a execução de obras determinadas pela Câmara . . . . .						Aplicam-se as taxas fixadas no Capítulo II — Urbanismo	d)
Artigo 48.º							
Pela utilização de água e/ou eletricidade fornecida pela Câmara Municipal de Cascais, para construção de jazigos ou outros — por dia . . . . .	0,00	0,00	0,60	12,09	3	8,40	d)
Artigo 49.º							
Entrada de betoneiras, análogos ou outras viaturas nos cemitérios, para realização de obras em Jazigos ou outros — por dia	0,00	0,00	0,98	19,58	3	13,55	d)
<b>CAPÍTULO V</b>							
<b>Utilização e Aproveitamento de Bens do Domínio Municipal</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º)							
Artigo 50.º							
As taxas a aplicar como contrapartida do estacionamento de veículos são definidas no Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada, aprovado pela Assembleia Municipal.							
Artigo 51.º							
[Alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro]							
A taxa relativa à utilização de redes municipais instaladas no subsolo urbano do domínio público aplicada aos operadores de redes de gás natural ou propano — por fogo/mês . . . . .	0,50	0,00	0,08	4,88	1	1,65	a)
Artigo 52.º							
Utilização de sanitários instalados na via pública — por utilização . . . . .	0,00	-0,55	0,09	5,37	1	0,60	c)
Artigo 53.º							
<b>Bloqueamento, remoção e depósito de veículos</b>							
(Valores com referência à Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro e Portaria n.º 1334-F/2010, 31 de dezembro)							
1 — Pelo bloqueamento de um veículo:							
a) ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes . . . . .						31,15	d)
b) veículos ligeiros . . . . .						62,25	d)
c) veículos pesados . . . . .						124,45	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
2 — Pela remoção de ciclomotores e outros veículos a motor dentro de uma localidade.....						31,15	d)
3 — Pela remoção de veículos dentro de uma localidade:							
a) veículos ligeiros.....						77,80	d)
b) veículos pesados.....						155,55	d)
c) aviões, embarcações, gruas, contentores e outro equipamento análogo.....						155,55	d)
4 — Pelo depósito de um veículo, por cada período de 24h, ou parte deste período, se ele não chegar a completar-se:							
a) ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes.....						7,80	d)
b) veículos ligeiros.....						15,60	d)
c) veículos pesados.....						31,15	d)
5 — Pela remoção de quadriciclos, semirreboques e reboques e outros veículos previstos no Código da Estrada em estado de abandono dentro de uma localidade.....						77,80	d)
6 — Pelo depósito de outros bens deixados na via pública, em estado de abandono:							
a) ciclomotores e motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes.....						7,80	d)
b) veículos ligeiros.....						15,60	d)
c) veículos pesados.....						31,15	d)
d) quadriciclos, semirreboques e reboques e outros veículos previstos no Código da Estrada.....						15,60	d)
e) aviões, embarcações, gruas, contentores e outro equipamento análogo.....						31,15	d)
7 — Velocípedes deixados na via pública em estado de abandono dentro de uma localidade							
a) Pela remoção.....						31,15	d)
b) Pelo depósito.....						7,80	d)
<b>Artigo 54.º</b>							
Extração de materiais com carregamento a cargo dos compradores — por metro cúbico ou fração:							
a) Alvenaria.....	0,00	0,00	0,37	5,60	4	5,20	d)
b) Areia.....	0,00	0,00	1,42	21,35	4	19,70	d)
c) Cantaria.....	0,00	0,00	0,89	13,34	4	12,30	d)
d) Saibro.....	0,00	0,00	0,32	4,80	4	4,45	d)
<b>Artigo 55.º</b>							
<b>Espaços verdes</b>							
1 — Aluguer de plantas de ornamentação:							
a) Em vaso de barro por dia.....	0,00	0,00	1,00	12,00	5	13,85	a)
b) Em floreira por dia.....	0,00	-0,20	1,00	12,00	5	11,10	a)
c) Taxa de transporte — por camioneta.....	0,00	2,00	1,00	12,00	5	41,50	a)
d) O aluguer de plantas de ornamentação fica condicionado à prestação prévia de uma caução destinada a cobrir eventuais danos que possam ocorrer dessa utilização, cujo valor será:							
d.1) 30% do valor total da taxa a cobrar, quando o aluguer de plantas for destinado para espaços interiores.....							d)
d.2) 50% do valor total da taxa a cobrar, quando o aluguer de plantas for destinado para espaços exteriores.....							d)
2 — Utilização de viaturas municipais mediante autorização prévia, a partir das 17 horas:							
a) Viaturas Ligeiras, por hora.....	0,00	-0,30	1,17	23,33	3	11,30	d)
b) Viaturas pesadas de passageiros, por hora.....	0,00	0,00	1,17	23,33	3	16,15	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Intervenção no abate e limpeza de árvores privadas							
a) Abate e poda de árvores cujo colo se encontra em propriedade privada . . . . .	0,00	3,00	10,00	120,00	5	553,25	d)
a.1 — Com utilização de grua ou maquinaria pesada . . . . .	350,00	1,25	8,00	120,00	4	1.065,60	d)
b) Desmatação de terrenos, corte de sebes privadas em propriedade privada por m <sup>2</sup> . . . . .	0,00	-0,95	5,00	60,00	5	3,50	d)
b.1 — Com transporte de resíduos e depósito em vazadouro autorizado . . . . .	0,00	2,50	2,50	30,00	5	121,05	d)
4 — Sempre que se verifique a necessidade de valoração de material vegetal, designadamente por dano ou por efeitos de análise custo/benefício, esta é feita segundo os princípios orientadores da Norma de Granada e de acordo com o regulamento de Cobrança de Taxas, Tarifas e outras licenças do Município de Cascais.							
5 — Operações executadas pelo Município enquanto entidade fiscalizadora. . . . .	0,00	0,00	4,00	60,00	4	55,35	d)
<b>Artigo 56.º</b>							
<b>Equipamentos Culturais, Educativos e de Serviços</b>							
1 — Entrada em concertos/espetáculos promovidos pela CMC*							
a) Nível I . . . . .	0,00	-0,964	6,00	120,00	3	3,00	c)
b) Nível II. . . . .	0,00	-0,940	6,00	120,00	3	5,00	c)
c) Nível III . . . . .	0,00	-0,910	6,00	120,00	3	7,50	c)
d) Nível IV . . . . .	0,00	-0,880	6,00	120,00	3	10,00	c)
e) Nível V. . . . .	0,00	-0,820	6,00	120,00	3	15,00	c)
f) Nível VI . . . . .	0,00	-0,759	6,00	120,00	3	20,00	c)
g) Entrada em exposições* . . . . .	0,00	-0,35	0,25	4,96	3	2,25	c)
2 — Aluguer de Auditórios:							
a) Centro Cultural de Cascais para utilizações particulares com equipamento de som e luz e apoio técnico, definido como indispensável pela unidade orgânica — por dia . . . . .	0,00	1,00	30,02	360,20	5	830,35	d)
b) Auditório Fernando Lopes-Graça para utilizações particulares com equipamento de som e luz e apoio técnico, definido como indispensável pela unidade orgânica competente da CMC							
b.1) 1 dia . . . . .	0,00	1,00	28,23	423,50	4	781,05	d)
b.2) 1 dia a 1 semana (por dia) . . . . .	0,00	0,30	27,56	413,46	4	495,65	d)
b.3) 1 semana a 1 mês (por dia) . . . . .	0,00	-0,05	28,29	424,34	4	371,75	d)
b.4) mais do que 1 mês (por dia) . . . . .	0,00	-0,35	27,56	413,46	4	247,85	d)
c) Com utilização de plateia exterior — acresce por dia . . . . .	0,00	0,00	18,76	375,23	3	259,50	d)
3 — Museus Municipais, outros espaços museológicos e serviços							
a) Entrada de Museu* . . . . .	0,00	-0,35	0,25	4,96	3	2,25	c)
b) “Passe Museus Municipais” válido em todos os Museus Municipais*. . . . .	6,00	0,00	0,32	6,45	3	10,70	c)
c) Aluguer de aparelhos áudio para apoio à visita . . . . .	0,00	-0,05	0,19	11,25	1	2,50	c)
d) Participação em visita orientada /atelier especial pelos Serviços Educativos. . . . .	0,00	-0,65	0,75	15,00	3	3,65	c)
e) Festas de aniversário de crianças até aos 14 anos nos equipamentos com essa disponibilidade — das 10.00h às 12.30h ou das 14.00h às 16.30h . . . . .	0,00	-0,40	8,73	58,23	9	72,50	d)
f) Utilização da Capela de S. Sebastião anexa ao MCCG . . . . .							
f.1) para celebração de casamentos . . . . .	0,00	1,70	8,96	59,72	9	334,55	d)
f.2) para celebração de batizados, missas e outras comemorações. . . . .	0,00	0,80	8,96	59,72	9	223,05	d)
g) Utilização de salas nobres / prestígio — para celebração de casamentos civis. . . . .	0,00	1,70	8,96	59,72	9	334,55	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
4 — Bibliotecas Municipais							
a) Fotocópias A4 a p/b*	0,00	0,00	0,01	0,48	1	0,15	d)
b) Fotocópias A3 a p/b*	0,00	1,00	0,01	0,48	1	0,25	d)
c) Fotocópias A4 a cores*	0,00	2,00	0,01	0,64	1	0,45	d)
d) Fotocópias A3 a cores*	0,00	4,00	0,01	0,58	1	0,70	d)
e) Aluguer de salas polivalentes da BMC-SDR e BMC-CHQSC para sessões de formação ou outros eventos culturais de cariz privado — Por dia, dentro do horário normal de funcionamento do equipamento.	0,00	-0,40	6,72	44,79	9	55,80	d)
5 — Centros de documentação dos Museus Municipais							
a) Reprodução de documentos em suporte digital **							
a.1) em baixa resolução	0,00	0,00	0,28	5,64	3	3,95	d)
a.2) a 300 dpi	0,00	0,00	0,48	9,67	3	6,70	d)
a.3) para efeitos de edição	0,00	1,50	4,84	58,05	5	167,30	d)
a.4) reproduções de digitalizações existentes	0,00	-0,60	0,20	4,03	3	1,15	d)
b) Reprodução da obra musical de Fernando Lopes-Graça em formato A4 — por folha							
b.1) até 50 páginas	0,00	-0,60	0,08	4,84	1	0,45	d)
b.2) de 50 a 100 páginas	0,00	-0,70	0,08	4,84	1	0,35	d)
b.3) mais de 100 páginas	0,00	-0,80	0,08	4,84	1	0,25	d)
c) Reprodução da obra musical de Fernando Lopes-Graça em formato A3 — por folha							
c.1) até 50 páginas	0,00	-0,20	0,08	4,84	1	0,90	d)
c.2) de 50 a 100 páginas	0,00	-0,40	0,08	4,84	1	0,70	d)
c.3) mais de 100 páginas	0,00	-0,60	0,08	4,84	1	0,45	d)
*Estudantes e maiores de 65 anos usufruem de desconto de 50% mediante apresentação de documento comprovativo da condição							
**Sujeitos a pedido por escrito para autorização superior							
Artigo 57.º							
A utilização de terrenos do domínio público municipal, designadamente de jardins e outros que não sejam considerados via pública:							
1 — Com publicidade em painéis e mupis — por m² ou fração:							
a) Por trimestre	0,00	0,00	4,18	50,16	5	57,85	d)
b) Por semestre	0,00	1,00	4,09	49,10	5	113,20	d)
c) Por ano	0,00	3,00	4,10	49,23	5	227,00	d)
2 — Com carrosséis — por m² ou fração:							
a) por dia	0,00	-0,90	1,78	21,38	5	2,50	d)
b) por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,30	d)
3 — Com circos, tendas e semelhantes — por m² ou fração:							
a) por dia	0,00	-0,90	1,78	21,38	5	2,50	d)
b) por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,30	d)
4 — Com quiosques e semelhantes — por m² ou fração e por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,30	d)
5 — Esplanadas — por m² ou fração e por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,30	d)
6 — Com roulottes, bares e semelhantes — por m² ou fração:							
a) por dia	0,00	-0,90	1,78	21,38	5	2,50	d)
b) por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,30	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
7 — Com ocupação de casas para habitação — por cada 30 metros quadrados ou fração e por mês . . . . .	0,00	-0,90	1,78	21,38	5	2,50	d)
8 — Com depósito de materiais, maquinarias, produtos acabados e semiacabados — por metro quadrado ou fração e por mês	0,00	-0,90	3,56	42,67	5	4,95	d)
9 — Estruturas que servem de suporte físico a antenas de telecomunicações, designadamente rede móvel de comunicações, tais como mastros ou caixas exteriores, ocupando espaços de terreno do domínio público, por unidade e por ano ou fração . . . . .	0,00	8,88	33,33	250,00	8	4.554,20	d)
10 — Utilização de imóveis municipais, e sob gestão municipal:							
a) Para fins particulares, com exceção de casamentos, batizados e eventos familiares mediante autorização prévia (com utilização de espaços verdes tratados):							
a.1 — por utilização diária com duração máxima de 2 horas . . . . .	0,00	0,00	10,02	120,20	5	132,80	d)
a.2 — por utilização diária até ao máximo de 8 horas . . . . .	0,00	3,00	10,02	120,20	5	531,55	d)
a.3 — Agravamento por hora para além das 8 horas das alíneas anteriores, já fora do horário normal de funcionamento.							
a.3.1 — em 50% nos casos de utilização fora do horário normal de funcionamento . . . . .						103,35	d)
a.3.2 — em 20% nos casos de utilização em mais que um dia seguido de filmagens . . . . .						82,70	d)
b) Para fins comerciais, nomeadamente filmagens/fotografia, mediante autorização prévia:							
b.1 — por utilização diária com duração máxima de 4 horas . . . . .	0,00	1,00	10,02	120,20	5	265,80	d)
b.2 — por utilização diária até ao máximo de 8 horas . . . . .	0,00	4,00	10,02	120,20	5	664,40	d)
b.3 — Agravamento por hora para além das 8 horas das alíneas anteriores, já fora do horário normal de funcionamento							
b.3.1 — em 50% nos casos de utilização fora do horário normal de funcionamento . . . . .						206,70	d)
b.3.2 — em 20% nos casos de utilização em mais que um dia seguido de filmagens . . . . .						165,35	d)
c) A entrada de viaturas motorizadas ou de tração animal nos parques municipais paga para além das taxas de ocupação estabelecidas nas alíneas anteriores, por viatura, por hora até ao máximo de 4 horas . . . . .	0,00	0,00	1,00	15,00	4	13,85	d)
d) A utilização de imóveis municipais prevista nas alíneas anteriores, fica condicionada à prestação prévia de uma caução de 50% do valor total a cobrar, destinada a cobrir eventuais danos emergentes dessa utilização bem como da assinatura de termo de responsabilidade sobre eventuais prejuízos . . . . .							d)
11 — Depósitos subterrâneos ou não, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano . . .	0,00	0,00	4,98	59,77	5	68,90	d)
Artigo 58.º							
<b>Ocupação de imóveis do domínio público e privado do Município para fins não habitacionais</b>							
1 — com publicidade em painéis e Mupis, por metro quadrado ou fração:							
a) Por trimestre . . . . .	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	c)
b) Por semestre . . . . .	0,00	0,60	9,78	146,76	4	216,55	c)
c) Por ano . . . . .	0,00	1,60	9,78	146,76	4	351,90	c)
2 — Com carrosséis, por metro quadrado ou fração:							
a) Por dia . . . . .	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
3 — Com circos, tendas e semelhantes, por metro quadrado ou fração:							
a) Por dia . . . . .	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
4 — Com quiosques e semelhantes, por metro quadrado ou fração e por mês . . . . .	0,00	5,00	0,44	8,90	3	36,95	c)
5 — Com esplanadas, por metro quadrado ou fração e por mês . . . . .	0,00	3,00	0,44	8,90	3	24,65	c)
6 — Com roulottes, bares e semelhantes, por metro quadrado ou fração:							
a) Por dia . . . . .	0,00	0,00	0,80	16,01	3	11,10	c)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
7 — Com arrecadações, armazéns, depósito de materiais, maquinarias, produtos acabados e semiacabados, ou outras áreas cobertas, por metro quadrado ou fração e por mês:							
a) Afetos a atividades agrícolas e artigos domésticos .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
b) Afetos a atividades comerciais, industriais ou outras atividades lucrativas .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
8 — Utilização diversa:							
a) Para fins particulares:							
a.1 — Por hora, até ao máximo de quatro horas .....	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	c)
a.2 — Por dia, até ao máximo de oito horas .....	0,00	6,00	9,70	145,43	4	938,70	c)
a.3 — Por hora ou fração a mais .....	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	c)
b) Para fins comerciais, nomeadamente filmagens/fotografia							
b.1 — Por hora, até ao máximo de quatro horas .....	0,00	0,50	9,78	146,77	4	203,00	c)
b.2 — Por dia, até ao máximo de oito horas .....	0,00	6,00	9,70	145,43	4	938,70	c)
b.3 — Por hora ou fração a mais .....	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	c)
c) A utilização de imóveis municipais prevista nas alíneas anteriores, fica condicionada à prestação prévia de uma caução de 75% da taxa total a cobrar, destinada a cobrir eventuais danos emergentes dessa utilização bem como da assinatura de termo de responsabilidade sobre eventuais prejuízos.							
9 — Com depósitos, subterrâneos ou não, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras por metro quadrado ou fração e por ano .....	0,00	0,00	10,76	215,25	3	148,90	d)
10 — Abertura de valas no domínio público, por metro quadrado (m2) e por dia .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
11 — Estruturas que servem de suporte físico a antenas de telecomunicações, designadamente rede móvel de comunicações, tais como mastros ou caixas exteriores, ocupando espaços de terreno do domínio privado, por unidade e por ano ou fração .....	0,00	8,88	33,33	250,00	8	4.554,20	c)
12 — Com utilização do subsolo municipal para instalação de infraestruturas diversas:							
a) Por metro (quando não tenha área de proteção) .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	c)
b) Por metro quadrado (quando tenha área de proteção) .....	0,00	0,00	6,49	129,87	3	89,85	c)
13 — Terrenos:							
a) Cultivo, por metro quadrado e por ano .....	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,65	c)
b) Pastagem, por metro quadrado e por ano .....	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,65	c)
c) Instalações para animais por metro quadrado e por mês .....	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,65	c)
Artigo 59.º							
As cópias de processos de concurso de empreitadas e fornecimentos nomeadamente, programas de concurso, cadernos de encargos, dados técnicos e respetivas plantas e anexos serão fornecidas aos interessados, por:							
1 — Fotocópias — ver artigo 1.º							
2 — Plotagem							
a) Preto e branco							
a.1 — A2 .....	0,00	0,00	0,16	4,84	2	2,25	a)
a.2 — A1 .....	0,00	1,00	0,16	4,84	2	4,50	a)
a.3 — A0 .....	0,00	2,00	0,21	6,45	2	8,95	a)
b) Cores							
b.1 — A2 .....	0,00	0,50	0,12	3,55	2	2,50	a)
b.2 — A1 .....	0,00	1,50	0,14	4,26	2	4,95	a)
b.3 — A0 .....	0,00	2,50	0,20	6,08	2	9,85	a)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Compilação e organização do processo .....	0,00	2,00	1,48	29,65	3	61,55	a)
4 — Suporte informático .....	0,00	1,00	1,42	28,46	3	39,40	d)
<b>Artigo 60.º</b>							
1 — Conservação/manutenção dos postos de venda na Boca do Inferno — por unidade e por mês ou fração .....	0,00	0,00	8,54	170,78	3	118,15	d)
2 — Conservação/manutenção dos cacifos para armazenamento de artes de pesca no Cais dos Aprestos dos pescadores — por unidade e mês.							
a) Cacifos para arrumos de artes de pesca — grandes .....	0,00	0,00	3,22	64,50	3	44,65	d)
b) Cacifos para arrumos de artes de pesca — pequenos .....	0,00	0,00	1,61	32,25	3	22,35	d)
<b>CAPÍTULO VI</b>							
<b>Ocupação de Espaço Público</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º)							
<b>Artigo 61.º</b>							
<b>Ocupação do espaço aéreo de espaço público</b>							
1 — Antena atravessando espaço público — por ano .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
2 — Fios telegráficos, telefónicos ou elétricos — por metro ou fração e por ano .....	0,00	-0,80	0,44	8,87	3	1,25	d)
3 — Guindastes e semelhantes — por mês .....	0,00	8,00	0,44	8,90	3	55,40	d)
4 — Alpendres — por metro linear de frente ou fração e por ano:							
a) Até um metro de avanço .....	0,00	0,40	0,44	8,89	3	8,65	d)
b) De mais de um metro de avanço .....	0,00	1,20	0,44	8,90	3	13,55	d)
5 — Toldos — por metro linear de frente ou fração e por ano:							
a) Até um metro de avanço .....	0,00	0,40	0,44	8,89	3	8,65	d)
b) De mais de um metro de avanço .....	0,00	1,20	0,44	8,90	3	13,55	d)
6 — Sanefa de toldo ou de alpendre — por ano .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
7 — Passarelas e outras construções ou ocupações do espaço aéreo — por m <sup>2</sup> , ou fração, de projeção sobre de espaço público e por ano .....	0,00	2,00	0,44	8,90	3	18,50	d)
<b>Artigo 62.º</b>							
<b>Ocupação de Espaço Público com Equipamentos de Concessionários de Serviços Públicos ou Outros</b>							
1 — Cabina ou posto telefónico — por ano .....	0,00	30,00	0,44	8,89	3	190,70	d)
2 — Postos de transformação, cabinas elétricas, armários de distribuição e instalação de televisão por cabo ou fibra ótica, depósitos de gases e líquidos, rede de rádio, por área de ocupação (incluindo zona de proteção):							
a) À superfície:							
a.1 — Até 2 m <sup>2</sup> .....	0,00	13,00	0,44	8,90	3	86,15	d)
a.2 — Entre 2m <sup>2</sup> até 5 m <sup>2</sup> .....	0,00	14,00	0,44	8,89	3	92,30	d)
a.3 — Entre 5 m <sup>2</sup> até 10 m <sup>2</sup> .....	0,00	17,00	0,44	8,89	3	110,75	d)
a.4 — Superior a 10 m <sup>2</sup> .....	0,00	23,00	0,44	8,89	3	147,65	d)
b) Enterrados .....	0,00	10,00	0,44	8,90	3	67,70	d)



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Postes, Mastros e Marcos:							
a) Para suporte de cabos aéreos telegráficos, telefónicos, elétricos de televisão ou cabo de fibra ótica por unidade e por ano ou fração.	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
b) Para decoração por unidade ou por dia	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,65	d)
4 — Tubagens ou canalizações de gases ou líquidos, enterrados no espaço público por metro linear e por ano ou fração:							
a) com diâmetro até 20 cm.	0,00	0,00	0,20	5,98	2	2,80	d)
b) com diâmetro superior a 20 cm.	0,00	0,00	0,31	6,15	3	4,30	d)
5 — Cabos, designadamente, telegráficos, telefónicos, de televisão por cabo ou fibra ótica ou outros, enterrados no espaço público, por metro linear e por ano ou fração	0,00	-0,99	0,48	9,67	3	0,10	d)
6 — Abrigos — por m² ou fração e por mês	0,00	9,00	0,44	8,89	3	61,55	d)
7 — Utilização de subsolo e solo para instalação de infraestruturas diversas em valas, ramais e travessias de espaço público e construção de caixas de visita:							
a) Espaço ocupado (zona de intervenção e área adjacente), por m² e por dia	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,65	d)
b) Ocupação de um lugar de estacionamento, permitido de acordo com o Código da Estrada, tarifado ou não por cada lugar e por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
c) Autorização de condicionamento de trânsito, por dia	0,00	20,00	0,44	8,89	3	129,20	d)
d) Autorização de corte de trânsito, por dia	0,00	100,00	0,44	8,89	3	621,30	d)
e) Vistoria para efeito de receção de trabalhos em espaço público	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
8 — Estruturas que servem de suporte físico a antenas de telecomunicações, designadamente, rede móvel de comunicações, tais como mastros ou caixas exteriores, ocupando o espaço público ou localizadas em edifícios municipais por unidade e por ano ou fração	0,00	8,88	33,33	250,00	8	4.554,20	d)
<b>Artigo 63.º</b>							
<b>Ocupação de Espaço Público com equipamentos destinados ao Comércio e Indústria</b>							
1 — Pela análise liminar	0,00	0,00	1,17	14,00	5	15,50	d)
2 — Esplanadas — por m² ou fração e por ano.							
a) Abertas	0,00	1,00	3,23	64,50	3	89,25	d)
b) Fechadas	0,00	2,20	3,78	75,58	3	167,30	d)
3 — Quiosques — por m² ou fração e por mês	0,00	2,20	0,44	8,89	3	19,70	d)
4 — Bancas — por m² ou fração:							
a) por dia	0,00	-0,60	0,45	8,91	3	2,50	d)
b) por mês	0,00	2,50	0,44	8,90	3	21,55	d)
5 — Roulottes — por m² ou fração e por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
6 — Outros Equipamentos:							
a) Balanças e engraxadores — por m² ou fração e por mês.	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
b) Expositores no exterior dos estabelecimentos — por m² ou fração e por ano, de:							
b.1 — Jornais, revistas ou livros.	0,00	2,00	0,44	8,90	3	18,50	d)
b.2 — De outros artigos.	0,00	9,00	0,44	8,89	3	61,55	d)
c) Estrados não integrados em esplanadas — por m² ou fração e por mês	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
d) Guarda-Ventos — por metro linear ou fração e por mês.	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
e) Vitruvas — por m² ou fração e por mês	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
f) Floreiras — por m² ou fração e por mês						Taxa zero	
g) Diversos — por m² ou fração e por mês	0,00	1,00	0,44	8,89	3	12,30	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
7 — Stands de vendas ( por cada 30 dias seguidos e por m <sup>2</sup> )	0,00	15,00	0,44	8,89	3	98,45	d)
8 — Para estacionamento privado — por lugar e ano ou fração	0,00	15,00	10,07	151,09	4	2.229,15	d)
Artigo 64.º							
<b>Ocupação de Espaço Público por Motivo de Espetáculos e Festejos</b>							
1 — Pela análise liminar	0,00	0,00	1,17	14,00	5	15,50	d)
2 — Carrosséis, circos, tendas ou pavilhões- por m <sup>2</sup> ou fração — por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
3 — Ocupação de carácter turístico (pintores, caricaturistas, artesãos, músicos, atores e outros) — por dia	0,00	-0,50	0,45	8,90	3	3,10	d)
Artigo 65.º							
1 — Ocupação de Espaço Público para filmagens/fotografia para fins comerciais:							
a) Por Hora	0,00	5,00	0,44	8,90	3	36,95	d)
b) Por Dia	0,00	30,00	0,44	8,89	3	190,70	d)
2 — Equipamento de apoio, por m <sup>2</sup> ou fração:							
a) Por Hora	0,00	-0,70	0,44	8,87	3	1,85	d)
b) Por Dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)
<b>CAPÍTULO VII</b>							
<b>Instalações Abastecedoras de Carburantes Líquidos, Gasosos, Ar e Água</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º)							
Artigo 66.º							
<b>Bombas — por cada e por ano</b>							
1 — Carburantes líquidos e GPL							
a) Instaladas inteiramente em espaço público	0,00	35,00	9,84	118,04	5	4.898,00	d)
b) Instaladas em espaço público mas com depósito em propriedade particular	0,00	25,00	9,91	118,95	5	3.564,65	d)
c) Instaladas em propriedade particular mas com depósito em espaço público	0,00	30,00	9,68	116,21	5	4.152,15	d)
d) Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo em espaço público	0,00	10,00	12,63	151,62	5	1.922,30	d)
e) Para bombas GPL aplicam-se às taxas anteriores um incentivo de 30%							
2 — Ar ou Água :							
a) Instaladas inteiramente em espaço público	0,00	2,30	10,11	121,29	5	461,35	d)
b) Instaladas em espaço público mas com depósito ou compressos em propriedade particular	0,00	1,30	10,15	121,82	5	323,00	d)
c) Instaladas em propriedade particular mas abastecendo em espaço público	0,00	1,60	10,26	123,16	5	369,10	d)
d) Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo em espaço público	0,00	1,00	10,01	120,08	5	276,85	d)
3 — Volantes — abastecendo em espaço público	0,00	1,20	10,11	121,29	5	307,60	d)
Artigo 67.º							
<b>Tomadas de ar instaladas noutras bombas — por cada uma e por ano</b>							
1 — Com o compressor saliente em espaço público	0,00	0,60	9,73	116,75	5	215,30	d)
2 — Com o compressor ocupando apenas o subsolo em espaço público	0,00	0,30	10,26	123,16	5	184,55	d)
3 — Com o compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo em espaço público	0,00	0,10	10,11	121,30	5	153,80	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
Artigo 68.º							
Tomadas de água, abastecendo em espaço público — por cada uma e por ano . . . . .	0,00	0,10	10,11	121,30	5	153,80	d)
<b>CAPÍTULO VIII</b>							
<b>Condução de Trânsito</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — artº. 6º)							
Artigo 69.º							
Declaração sobre as características de motociclos e ciclomotores registados no Município . . . . .	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
<b>CAPÍTULO IX</b>							
<b>Publicidade</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — artº. 6º)							
Artigo 70.º							
1 — Pela análise liminar . . . . .	0,00	0,00	1,17	14,00	5	15,50	d)
2 — Exibição de mensagens publicitárias em chapas e placas — por m² ou fração — por ano . . . . .	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
3 — Exibição de mensagens publicitárias em tabuletas — por m² ou fração e por face:							
a) Ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
4 — Publicidade em painéis e mupis — por m² ou fração:							
a) Ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	d)
5 — Painéis e mupis rotativos — por m² ou fração e por cada mensagem publicitária a mais. Acréscimo de 20% sobre as taxas do n.º 4 . . . . .							d)
6 — Publicidade em toldos e palas — por m² ou fração:							
a) Ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
7 — Mensagens publicitárias em quiosques — por m² ou fração:							
a) Ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano . . . . .	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	d)
8 — Publicidade em bandeiras:							
8.1 — De carácter permanente — por unidade e por ano:							
a) Ocupando espaço público . . . . .	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
b) Não ocupando espaço público . . . . .	0,00	0,00	9,78	146,77	4	135,35	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
8.2 — Para ação promocional — por unidade e por dia .....	0,00	-0,95	3,06	45,96	4	2,15	d)
9 — Publicidade noutros elementos de Mobiliário Urbano não incluídos nos artigos anteriores — por m <sup>2</sup> ou fração:							
a) Ocupando espaço público — por ano .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano .....	0,00	0,00	5,51	82,72	4	76,30	d)
10 — Tratando-se de mensagem publicitária iluminada, as taxas previstas nos n.ºs 2 a 9 sofrem um acréscimo de 30%.							
11 — Anúncios Luminosos — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
12 — Projeção de imagens publicitárias nas fachadas dos edifícios .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
13 — Anúncios Eletrónicos — por m <sup>2</sup> ou fração:							
a) Ocupando espaço público — por ano .....	0,00	9,00	6,58	98,73	4	910,40	d)
b) Não ocupando espaço público — por ano .....	0,00	6,50	6,58	98,73	4	682,80	d)
14 — Unidades móveis publicitárias:							
a) Transitória por dia .....	0,00	0,00	0,53	10,67	3	7,40	d)
b) Permanente — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano .....	0,00	11,50	0,53	10,67	3	92,30	d)
15 — Exibição de publicidade nos transportes públicos — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano .....	0,00	1,00	0,53	10,67	3	14,80	d)
16 — Exibição de publicidade em meios de transporte automóvel ou qualquer outro meio de locomoção — por cada anúncio:							
a) Transitória por dia .....	0,00	0,00	0,53	10,67	3	7,40	d)
b) Permanente — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano .....	0,00	11,50	0,53	10,67	3	92,30	d)
17 — Publicidade sonora — por dia .....	0,00	0,00	3,38	50,70	4	46,75	d)
18 — Ações Promocionais em espaço público							
a) Como distribuição de folhetos ou produtos, provas de degustação, etc. — por dia ou fração e por local .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
b) Com instalação provisória de equipamento de apoio, por m <sup>2</sup> ou fração: por hora .....	0,00	0,00	0,09	5,32	1	1,25	d)
19 — Publicidade em estacionamento privado, visível em espaço público — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano .....	0,00	0,00	2,67	80,06	2	36,95	d)
20 — Telas ou Lonas decorativas em empenas ou fachadas — por m <sup>2</sup> ou fração e ano .....	0,00	2,20	2,67	80,05	2	118,15	d)
21 — Publicidade em stand de vendas de imóveis (por cada 30 dias seguidos e por m <sup>2</sup> ) .....	0,00	2,20	2,67	80,05	2	118,15	d)
22 — Outra publicidade não incluída nos números anteriores — por m <sup>2</sup> ou fração							
a) Por dia .....	0,00	-0,95	3,06	45,96	4	2,15	d)
b) Por mês .....	0,00	0,00	2,67	80,06	2	36,95	d)
c) Por ano .....	0,00	0,00	12,99	194,79	4	179,65	d)
<b>CAPITULO X</b>							
<b>Mercados e Feiras</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º)							
<b>SECÇÃO I</b>							
<b>Ocupação</b>							
Artigo 71.º							
1 — Venda a retalho							
1.1 — Mercado de Cascais							
a) Lojas — por m <sup>2</sup> ou fração e por mês;							
a.1) Restauração e Bebidas .....	0,00	0,00	0,52	10,35	3	6,90	c)
a.2) Outras atividades comerciais .....	0,00	0,00	0,49	9,70	3	6,45	c)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
b) Lugares de terrado com utilização bancas ou mesas — por cada e por mês:							
b.1 — Banca — 1,5 mt frente .....	0,00	0,00	1,53	18,36	5	21,20	c)
b.2 — Banca — 2,2 mt frente .....	0,00	0,50	1,50	17,95	5	31,05	c)
b.3 — Banca — 4,4 mt frente .....	0,00	2,00	1,49	17,93	5	62,05	c)
b.4 — Banca — 4,9 mt frente .....	0,00	5,00	0,83	16,66	3	69,15	c)
c) Lugares de terrado não utilizando materiais ou equipamentos do Município — por m <sup>2</sup> e por dia .....	0,00	-0,80	0,46	9,27	3	1,30	c)
d) Lugares de Terrado para a participação em Mostra, feiras, exposições temáticas ou outros — por m <sup>2</sup> /dia .....	0,00	0,00	0,76	15,10	3	10,05	c)
1.2 — Mercado de S. Pedro do Estoril							
a) Lojas — por m <sup>2</sup> e por mês .....	0,00	0,00	0,46	9,26	3	6,45	c)
b) Loja atribuída a deficientes — por mês .....	0,00	0,00	1,40	27,99	3	19,40	c)
2 — Venda por grosso							
Por dia:							
a) Por cada viatura até 10 mt de comprimento .....	0,00	0,00	0,46	9,26	3	6,45	c)
b) Por cada viatura com mais de 10 mt de comprimento .....	0,00	0,20	0,46	9,24	3	7,70	c)
3 — Recinto de Feiras da Adroana							
3.1 — Lugares de terrado:							
a) Não utilizando materiais ou equipamentos do Município — por m <sup>2</sup> /dia .....	0,00	-0,80	0,46	9,27	3	1,30	c)
b) Com equipamentos de apoio a feiras, exposições temáticas ou outros — por m <sup>2</sup> /dia .....	0,00	0,00	0,46	9,26	3	6,45	a)
3.2 — Aluguer do recinto:							
a) Por dia/m <sup>2</sup> .....	0,00	-0,80	0,46	9,27	3	1,30	c)
b) Pela utilização de metade do recinto — por dia .....	0,00	-0,80	0,23	4,60	3	0,65	c)
c) Por dia de montagens e desmontagens dos equipamentos 30% sobre os valores referidos em a) e b) .....							c)
<b>SECÇÃO II</b>							
<b>Diversos</b>							
Artigo 72.º							
1 — Receção e encaminhamento de pedidos de cartão de feirante .....	0,00	0,00	0,20	3,92	3	2,75	a)
2 — Alteração ou emissão de segunda via do Cartão de Acesso ao Recinto de Cascais .....			0,38	7,55	3	5,05	a)
3 — Arrecadação em armazéns ou depósitos comuns dos mercados ou feiras — por dia e m <sup>3</sup> .....	0,00	-0,90	0,44	8,87	3	0,65	a)
4 — Manutenção e guarda de volumes ou taras deixadas nos lugares de terrado desde a hora do fecho do mercado ou feira até à sua abertura — por volume, dia e m <sup>2</sup> .....	0,00	-0,90	0,44	8,87	3	0,65	a)
5 — Utilização do frigorífico — por volume (87cm*56cm*24cm) e por dia .....	0,00	-0,90	0,44	8,87	3	0,65	a)
6 — Fornecimento de gelo produzido nos frigoríficos — por cada Kg .....	0,00	-0,90	0,09	5,32	1	0,15	a)
7 — Balcões frigoríficos e outros ligados à rede geral do mercado — por equipamento e por dia .....	0,00	-0,90	0,06	3,39	1	0,10	a)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>CAPÍTULO XI</b>							
<b>Recintos de Espetáculos e de Divertimentos Públicos</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6.º)							
Artigo 73.º							
(DL 309/2002, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo DL 268/2009, de 29 de setembro)							
Emissão de licenças de recinto:							
1 — Recintos fixos							
a) Lotação até 50 lugares . . . . .	0,00	0,00	3,63	43,54	5	50,20	d)
b) Lotação superior a 50 lugares e até 100 lugares . . . . .	0,00	0,00	7,26	87,07	5	100,40	d)
c) Lotação superior a 100 lugares e até 500 lugares . . . . .	0,00	0,00	14,51	174,15	5	200,75	d)
d) Lotação superior a 500 lugares e até 1000 lugares . . . . .	0,00	0,00	20,16	241,87	5	278,80	d)
e) Lotação superior a 1000 lugares . . . . .	0,00	0,00	29,83	357,97	5	412,60	d)
2 — Recintos itinerantes e improvisados							
a) Lotação até 50 lugares . . . . .	0,00	-0,55	2,67	40,00	4	16,75	d)
b) Lotação superior a 50 lugares e até 100 lugares . . . . .	0,00	-0,60	6,00	90,00	4	33,50	d)
c) Lotação superior a 100 lugares e até 500 lugares . . . . .	0,00	-0,60	12,00	180,00	4	66,95	d)
d) Lotação superior a 500 lugares e até 1000 lugares . . . . .	0,00	-0,56	16,67	250,00	4	100,40	d)
e) Lotação superior a 1000 lugares . . . . .	0,00	-0,59	23,33	350,00	4	133,85	d)
3 — Espetáculos ocasionais de natureza artística (música ao vivo, fado, teatro Karaoke, dança, poesia, cinema, canto)							
a) Lotação até 50 lugares . . . . .	0,00	1,18	3,33	40,00	5	100,40	d)
b) Lotação superior a 50 lugares e até 100 lugares . . . . .	0,00	0,93	7,50	90,00	5	200,75	d)
c) Lotação superior a 100 lugares e até 500 lugares . . . . .	0,00	0,99	15,00	180,00	5	412,60	d)
d) Lotação superior a 500 lugares e até 1000 lugares . . . . .	0,00	1,40	20,83	250,00	5	691,40	d)
e) Por cada 1000 lugares a mais acresce 50% do valor da alínea d)							
4 — Vistoria para serviços ocasionais e esporádicos (art.º 19 do DL nº 234/2007, de 19 de junho) por cada instalação individualizada . . . . .	0,00	0,00	4,60	55,15	5	63,60	d)
5 — Espaços de jogo e recreio . . . . .	0,00	0,00	16,19	194,26	5	223,95	d)
<b>CAPÍTULO XII</b>							
<b>Análises Estatísticas</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6.º)							
Artigo 74.º							
Fornecimentos de cartas temáticas com análises estatísticas à escala 1/25000, com delimitação de freguesias e indicação de nomes de locais:							
1 — Estatística temática Censos 2011 — A1 (densidade populacional à subsecção estatística) . . . . .	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)
2 — Estatística temática Alojamentos — A1 (densidade de alojamentos à subsecção estatística) . . . . .	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Estatística temática Licenciamentos de construção — A1 (habitação/fogos/ano, valores absolutos; 1998 até à atualidade, uma carta temática por cada ano) . . . . . Os pedidos feitos por estudantes beneficiam de um desconto de 50%.	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)
<b>CAPÍTULO XIII</b>							
<b>Diversos</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — art.º 6º)							
<b>SECÇÃO I</b>							
<b>Animais</b>							
Artigo 75.º							
1 — Serviço médico-veterinário — por animal — Occisão . . . . .	0,00	0,00	2,13	21,35	6	29,55	a)
2 — Alimentação dos animais — por animal e por período de 24 horas ou fração — cães e gatos . . . . .	0,00	0,00	0,27	5,34	3	3,70	a)
3 — Transporte — por animal:							
a) Cães e gatos . . . . .	0,00	0,50	1,25	18,68	4	25,85	a)
b) Animais de médio e grande porte . . . . .	0,00	1,00	2,49	37,36	4	68,90	a)
4 — Cremação — por quilograma:							
a) Até 10 Kg . . . . .	0,00	-0,25	1,75	35,00	3	18,20	a)
b) Mais de 10 Kg e até 30 Kg . . . . .	0,00	0,05	2,33	35,00	4	33,90	a)
c) Mais de 30 Kg . . . . .	0,00	0,40	2,92	35,00	5	56,50	a)
5 — Levantamento de animais capturados na via pública, por se encontrarem em contravenção . . . . .	0,00	0,00	3,38	50,70	4		
a) Em primeira ocorrência . . . . .	0,00	-0,50	3,41	51,20	4	22,65	a)
b) Em caso de reincidência . . . . .	0,00	0,00	3,41	51,20	4	45,30	a)
<b>SECÇÃO II</b>							
<b>Venda Ambulante</b>							
Artigo 76.º							
1 — Emissão ou renovação de cartão de vendedor ambulante — anual:							
a) Com vistoria sanitária (se aplicável) . . . . .	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,00	d)
b) Sem vistoria sanitária . . . . .	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
2 — Emissão de 2ª via de cartão (por extravio) ou averbamentos . . . . .	0,00	0,00	0,89	17,79	3	12,30	d)
3 — Vistorias complementares p/aferição de correções exigidas -por cada . . . . .	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)
4 — Venda ambulante em locais fixos — por m² e dia . . . . .	0,00	-0,80	0,46	9,27	3	1,30	d)
5 — A taxa prevista no número anterior não é cumulável com a do nº 3 do artigo .º 63							

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>SECÇÃO III</b>							
<b>Controlo Metrológico</b>							
Artigo 77.º							
As taxas devidas pela verificação periódica de instrumentos de medição serão as que a lei fixar. . . . .							d)
<b>SECÇÃO IV</b>							
<b>Outras Prestações de Serviços</b>							
Artigo 78.º							
1 — Guarda de mobiliário, utensílios, etc., em local reservado do Município — por m <sup>2</sup> ocupado ou fração e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	a)
2 — Depósito de suportes publicitários e outros bens móveis apreendidos, não incluídos no número anterior — por m <sup>2</sup> ocupado ou fração e por dia . . . . .	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	a)
3 — Depósito de objetos, incluindo os apreendidos, em local apropriado do Município — por m <sup>2</sup> ou fração:							
a) De pequena dimensão . . . . .	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	a)
b) De grande dimensão, tais como suportes publicitários, mobiliário e outros . . . . .	0,00	0,30	0,44	8,89	3	8,00	a)
4 — Indemnizações por danos causados em bens do património municipal. . . . .							d)
Valor de mercado real ou estimado (materiais + mão-de-obra) à data de liquidação acrescido de 30%.							
5 — As taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são fixadas por regulamento do Ministério da Administração Interna. . . . .							d)
Atualmente, encontra-se em vigor a Portaria n.º 1424/2001 de 13 de dezembro ou legislação subsequente.							
Artigo 79.º							
1 — Registo ou visto de horário, pela sua alteração, de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de prestação de Serviços. . . . .	0,00	0,00	1,37	27,41	3	19,00	d)
2 — Pedido de alargamento de horário de funcionamento para além do limite regulamentar . . . . .		0,20	5,66	48,50	7	90,05	d)
Artigo 80.º							
Funcionamento da Comissão Arbitral Municipal (CAM), são devidas as seguintes taxas:							
1 — Taxa pela determinação do coeficiente de conservação — 1 UC . . . . .						105,80	d)
2 — Taxa pela definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior — 1/2 UC . . . . .						52,90	d)
3 — Taxa para reclamação do Coeficiente de Conservação:							
a) Segundas Vistorias . . . . .						238,00	d)
b) Arbitragem . . . . .						105,80	d)
4 — As taxas previstas em 1 e 2 são reduzidas a 1/4, quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira . . . . .						26,45	d)
O valor da UC a considerar é o montante aprovado anualmente através do Orçamento Estado.							
<b>SECÇÃO V</b>							
<b>Outras Licenças</b>							
Artigo 81.º							
1 — Pela concessão de licença nos termos do D.L. n.º 343/75, de 3 de julho, para a localização ou ampliação das seguintes instalações, equipamentos ou atividades fora dos polígonos territoriais a tal destinados ou das zonas previstas para o efeito em plano de urbanização aprovados:							
a) Abrigos fixos ou móveis, utilizáveis ou não para Habitação, se a ocupação do terreno se prolongar para além de três meses — por ano ou fração. . . . .	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)



Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
b) Jogos ou desportos públicos — por ano ou fração .....	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)
c) Áreas permanentes de estacionamento público, de veículos automóveis — por ano ou fração .....	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)
d) Parques para caravanas — por ano ou fração .....	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)
2 — Pela concessão de licença, nos termos do D.L. n.º 268/98, de 28 de agosto, para a localização, instalação ou ampliação de depósitos de ferro velho, de entulho, de resíduos ou cinzas, de combustíveis sólidos e de veículos — por mês ou fração .....	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)
3 — Pela concessão de licença para as seguintes ações:							
3.1 — De destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas:							
a) Por pessoas singulares; .....	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)
b) Por pessoas coletivas .....	0,00	0,00	2,85	56,92	3	39,40	d)
3.2 — De aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável:							
a) Por pessoas singulares .....	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,05	d)
b) Por pessoas coletivas .....	0,00	0,00	8,72	130,76	4	120,60	d)
4 — Para efeitos do número anterior observar-se-á o disposto no Decreto Lei n.º 139/89, de 28 de abril.							
5 — Emissão de licença para o transporte em táxi .....	0,00	0,00	8,72	130,76	4	120,60	d)
6 — Averbamentos ou 2.ª vias de licenças de táxi .....						50% do valor da licença	d)
7 — Emissão, 2.ªs vias e renovação de cartão de guarda-noturno .....	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
8 — Licença do exercício de guarda-noturno .....	0,00	0,00	2,13	42,70	3	29,55	d)
9 — Emissão ou renovação de cartão de vendedor ambulante de lotarias .....	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
10 — Licença do exercício de venda ambulante .....	0,00	0,00	2,13	42,70	3	29,55	d)
11 — Emissão de cartão de arrumador de automóveis .....	0,00	0,00	1,78	35,59	3	24,65	d)
a) Renovação do cartão .....						50% do valor do cartão	d)
12 — Licença para exercício da atividade de arrumador de automóveis .....	0,00	0,00	2,13	42,70	3	29,55	d)
13 — Licença para acampamentos ocasionais — por dia .....	0,00	0,00	0,71	14,24	3	9,85	d)
14 — Licença de exploração de máquinas de diversão — por cada máquina:							
a) por ano .....	0,00	0,00	18,32	366,47	3	253,45	d)
b) por semestre .....						50% do valor anual	d)
15 — Registo de máquinas — por cada máquina .....	0,00	0,00	10,85	217,04	3	150,10	d)
16 — Averbamento por transferência de propriedade — por cada máquina .....	0,00	0,00	6,58	131,64	3	91,05	d)
17 — 2ª via do título de registo — por cada máquina .....	0,00	0,00	4,45	88,94	3	61,55	d)
18 — Licenciamento de provas desportivas — por dia .....							
a) provas de âmbito municipal .....	0,00	0,00	3,38	67,60	3	46,75	d)
b) provas de âmbito intermunicipal .....	0,00	0,00	5,51	110,29	3	76,30	d)
19 — Licenciamento de arraiais, romarias, bailes .....	0,00	0,00	3,38	67,60	3	46,75	d)
20 — Licenciamento de fogueiras populares — por dia .....	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,25	d)
21 — Licença para queimadas — por dia .....	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,20	d)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>SECÇÃO VI</b>							
Artigo 82.º							
Os serviços prestados pela Polícia Municipal a entidades particulares, no âmbito das suas competências, estão sujeitos ao pagamento dos valores constantes do quadro abaixo:							
Categorias	Período de 4 horas		Por cada hora ou fração a mais				
	Dias úteis das 8 h às 20 h	Fins-de-semana, feriados, dias úteis das 20 h às 8 h	Dias úteis das 8 h às 20 h	Fins-de-semana, feriados, dias úteis das 20 h às 8 h			
Técnico Superior de Polícia Municipal . . . . .	€ 36,69	€ 55,03	€ 9,17	€ 13,76			
Agente Graduado . . . . .	€33,74	€ 50,60	€ 8,43	€ 12,65			
Agentes . . . . .	€31,70	€ 47,55	€ 7,93	€ 11,89			
Os serviços são efetuados em regime de 4 horas e, após este período o cálculo é efetuado em frações. Cada fração vence-se depois de decorridos 15 minutos após o período de 4 horas. Vencida a terceira fração são contabilizados 2 serviços remunerados.							
Artigo 83º							
<b>Taxa Municipal de Direitos de Passagem</b>							
Nos termos do artº 106 da Lei nº5/2004 de 10 de fevereiro a taxa municipal de Direitos de Passagem é fixada na percentagem 0,25%.							
<b>CAPÍTULO XIV</b>							
<b>Empresas Municipais — Taxas pela utilização dos equipamentos</b>							
<b>SECÇÃO I</b>							
<b>Aeródromo Municipal de Cascais</b>							
(Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro — artº. 6º)							
Artigo 84.º							
<b>Taxas Aeroportuárias — Taxas de Tráfego</b>							
1 — Taxa de aterragem e descolagem por tonelada: devida por cada operação de aterragem e descolagem e devida por unidade de tonelada métrica (PMD)**							
a) Das 08.00 horas locais até ao Pôr-do-Sol . . . . .						6,00	
b) Do Pôr-do-Sol às 24.00 horas . . . . .						9,00	
c) Das 00.00 horas locais às 08.00 horas . . . . .						20,00	
2 — Taxa de Estacionamento até 3 toneladas: devida por cada aeronave estacionada							
a) Até 15 dias — tonelada/por dia . . . . .						4,50	
b) Mais de 15 dias — tonelada/por dia . . . . .						3,50	
c) Contrato anual — tonelada/por dia . . . . .						3,00	

e)

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
3 — Taxa de Estacionamento mais de 3 toneladas: devida por cada aeronave estacionada							
a) Tonelada/ por dia .....						4,00	
4 — Taxa de Abrigo: devida por cada aeronave estacionada em locais abrigados por unidade de tonelagem métrica							
a) Taxa diária / ton./aeronaves até 3 ton. ....						20,00	
b) Taxa diária / ton./aeronaves mais de 3 ton. ....						10,00	
c) Taxa mensal — até 5 ton. ....						240,00	
d) Taxa mensal — mais de 5 ton até 7 ton. ....						215,00	
e) Taxa mensal — mais de 7 ton .....						190,00	
f) Taxa mensal mínima por aeronave. ....						270,00	
5 — Taxa de Serviço a Passageiros: devida por cada passageiro embarcado							
a) Voos dentro do espaço Shengen. ....						10,00	
b) Voos intracomunitários fora do espaço Shengen. ....						10,00	
c) Internacionais. ....						12,00	
6 — Taxa de abertura do Aeródromo: por aeronave — taxa debitada com a entrega do Plano de Voo							
a) Das 07.00 horas às 08.00 horas / Por hora .....						300,00	
b) Do Pôr do Sol às 23.00 horas* .....						250,00	
c) Das 23.00 horas às 24.00 horas .....						400,00	
d) Entre as 24.00 horas e as 07.00 horas .....						600,00	
7 — Taxas de terminal por tonelada: devida por cada operação de aterragem e descolagem por unidade de tonelada Métrica (PMD)** .....						4,00	
Nota: As hora indicadas são sempre locais							
* Para Escolas e Aeronaves registadas em nome pessoal o valor será dividido equitativamente por todas as aeronaves envolvidas no treino noturno.							
** Voos de Treino em Aeronaves registadas em nome pessoal com 2 ou mais Touch and Go — 30% de desconto sobre Taxas de Aterragem / Descolagem e Taxa de Terminal.							
Artigo 85.º							
<b>Taxas Aeroportuárias — Taxas de Assistência em Escala</b>							
1 — Assistência Administrativa. ....						50,00	
Artigo 86.º							
<b>Taxas Aeroportuárias — Taxas de Ocupação</b>							e)
1 — Taxa de Ocupação: Espaços Abertos/Utilização de Hangares — Taxa máxima/Mês/ por m². ....						6,00	
2 — Taxa de Ocupação: Licenciamento por ocupação de terreno e implantação							
a) Lado Poente — Taxa máxima/Mês/por m² .....						3,20	
b) Lado Nascente — Taxa máxima/Mês/por m² .....						3,00 / 2,20 *	
3 — Taxa de Ocupação por utilização da totalidade do hangar — Taxa máxima/Mês/m2. ....						10,00	
4 — Taxa de Ocupação: Gabinetes — Taxa máxima/Mês/por m². ....						17,20	
5 — Taxa de Ocupação: Gabinetes Aerogare — Taxa máxima/Mês/por m². ....						30,00	
6 — Taxa de Ocupação: Edifício Escola — Taxa máxima/Mês/por m² .....						14,50	
7 — Taxa de Ocupação: Tabacaria — Taxa mínima/Mês/por m² .....						27,50	
8 — Taxa de Ocupação: Air Shopping — Taxa mínima/Mês/por m² .....						27,50	
9 — Taxa de Ocupação: Espaços Exteriores — Taxa máxima/Mês/por m² .....						5,00	
* Consoante o hangar tenha ou não sido alvo de uma remodelação global							

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/ 2013	IVA
<b>Artigo 87.º</b>							
<b>Outras Taxas Aeroportuárias</b>							e)
1 — Taxa de Equipamentos *							
a) Escada — fração/hora .....						30,00	
b) Gerador — fração/hora .....						40,00	
c) Limpeza de sanitários por utilização .....						60,00	
d) Minibus por passageiro .....						2,00	
e) Reboque de Aeronaves por reboque .....						40,00	
2 — Taxa de prestação de serviços							
a) Taxa de utilização serviços socorros — por serviço .....						100,00	
b) Taxa de limpeza de gabinetes — por gabinete/mês .....						40,00	
c) Taxa de manuseamento de carga .....						20,00	
3 — Taxa de Consumo							
a) Água para lavagem de Aeronaves — por lavagem .....						20,00	
b) Eletricidade/Gabinetes — por m² .....						2,00	
4 — Taxa de Exploração							
a) Taxa de Acesso							
a.1 — Pessoal — 1ª Via por cartão Taxa Fixa .....						3,00	
a.2 — Pessoal — 2ª Via por cartão Taxa Fixa .....						5,00	
a.3 — Viatura — Lado Ar — taxa mensal .....						50,00	
b) Taxa de armazenagem: definida por unidade/dia .....						25,00	
c) Taxa de Filmagem							
c.1 — Publicidade/televisão							
c.1.1 — Até 8 horas .....						1.000,00	
c.1.2 — Hora adicional .....						150,00	
c.2 — Cinema/Outros							
c.2.1 — Até 8 horas .....						700,00	
c.2.2 — Hora adicional .....						100,00	
d) Taxa de Fotografia							
d.1 — Até 2 horas .....						300,00	
d.2 — Hora adicional .....						100,00	
e) Taxa de utilização da Aerogare para eventos							
e.1 — Até 2 horas .....						500,00	
e.2 — Hora adicional .....						300,00	
f) Taxa de Manga — por serviço .....						30,00	
5 — Taxa de Estacionamento de Viaturas							
a) Parque Nascente — por mês .....						60,00	
b) Parque Poente — por mês .....						40,00	
* Após as 21.00 horas acresce uma sobretaxa de € 30,00/hora							
As taxas em vigor são abrangidas pelas isenções e reduções previstas no Decreto-Regulamentar n.º 24/2009 de 4 de setembro							
Taxas sujeitas a IVA							

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	N.º func. envolvidos	Valor p/2013	IVA
<p>Mimbus sujeito a IVA à taxa reduzida</p> <p>As taxas do Aeródromo Municipal de Cascais são calculadas tendo em conta o estipulado no Decreto-Lei n.º 217/2009, de 4 de setembro e no Decreto Regulamentar n.º 24/2009, de 4 de setembro, assentando a sua fixação na generalidade dos proventos e custos inerentes ao conjunto das atividades exercidas no Aeródromo.</p> <p>De acordo com o estipulado no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 217/2009, de 4 de setembro, as taxas são estabelecidas mediante parecer prévio do INAC, I. P.</p> <p>Notas gerais — Imposto sobre o valor acrescentado:</p> <p>(a) IVA incluído à taxa normal  (b) IVA incluído à taxa reduzida  (c) IVA isento  (d) IVA não sujeito.  (e) Acresce IVA à taxa normal</p> <p>CE — Classificação económica.</p>							

28 de dezembro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Carreiras*.

206640415

## MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

### Aviso (extrato) n.º 296/2013

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público em 01/12/2012, por motivo de aposentação, o seguinte trabalhador:

José Lourenço de Oliveira, Fiscal Municipal Especialista Principal, Índice 326, Escalão 2.

17 de dezembro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

306608501

## MUNICÍPIO DE FRONTEIRA

### Aviso (extrato) n.º 297/2013

No uso da competência que me confere o artigo 68.º n.º 2 alínea *a*) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, de direção e gestão de pessoal, torno público que homologuei lista de ordenação final dos candidatos aprovados, referente ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado a termo resolutivo certo para três lugares de assistente operacional, aberto por aviso n.º 11213/2012, encontrando-se a mesma afixada nas instalações deste Município, assim como na sua página eletrónica.

6 de dezembro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Dr. Pedro Namorado Lança*.

306631279

### Aviso (extrato) n.º 298/2013

No uso da competência que me confere o art.º 68.º n.º 2 alínea *a*) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, de direção e gestão de pessoal, torno público que homologuei lista de ordenação final dos candidatos aprovados, referente ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinável a termo resolutivo incerto para quatro lugares de assistente operacional, aberto por aviso n.º 10870/2012, encontrando-se a mesma afixada nas instalações deste Município, assim como na sua página eletrónica.

19 de dezembro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Dr. Pedro Namorado Lança*.

306631376

## MUNICÍPIO DA HORTA

### Aviso n.º 299/2013

#### Proposta de Plano de Pormenor dos Cedros Período de Discussão Pública

João Fernando Brum de Azevedo e Castro, Presidente da Câmara Municipal da Horta, torna público que o executivo municipal, em reunião realizada a 18 de dezembro de 2012, deliberou, sob proposta da Subunidade de Planeamento e Desenvolvimento Económico e nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, conjugado com o artigo 21.º, da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 21 de agosto, submeter a discussão pública, pelo prazo de 35 dias seguidos, com início a partir do 6.º dia útil após a publicação deste Aviso no Jornal Oficial, a proposta de Plano de Pormenor dos Cedros.

A proposta do plano de pormenor dos Cedros, o parecer final escrito emitido pela Comissão de Acompanhamento e os pareceres recolhidos no âmbito da concertação, estarão disponíveis para consulta no sítio eletrónico da Câmara Municipal da Horta ([www.cmhorta.pt](http://www.cmhorta.pt)), na Subunidade de Planeamento e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal da Horta, todos os dias úteis, das 09H00 às 12H30 e das 13H30 às 17H00 e na Junta de Freguesia dos Cedros, todos os dias úteis das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 15H15.

Durante o período da discussão pública, todos os interessados poderão apresentar, por escrito, as suas reclamações, sugestões ou observações, podendo fazê-lo por via postal ou correio eletrónico, recorrendo aos formulários disponibilizados ou mediante exposição em requerimento, para o seguinte endereço postal — Câmara Municipal da Horta, Paços do